

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
RESIDÊNCIA EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ANA CAROLINA SOARES GONSALVES

AÇÃO PÚBLICA E INOVAÇÃO DEMOCRÁTICA: implicações sociais, políticas e culturais do projeto Onda.

Brasília

2023

ANA CAROLINA SOARES GONSALVES

AÇÃO PÚBLICA E INOVAÇÃO DEMOCRÁTICA: implicações sociais, políticas e culturais do projeto Onda.

Trabalhado de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em gestão de Política Públicas pela Universidade de Brasília – Unb.

Professora Orientadora: Dra. Christiana Soares de Freitas

Brasília

2023

Dedicatória

*"De todo amor que tenho
Metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida
Sorrindo e fazendo o meu eu"*

À Terezinha de Castro Soares, minha avó,
com todo amor e garra que me deixou.

Agradecimentos

Recomeçar uma jornada acadêmica após 15 anos e no meio de uma pandemia é um empreendimento que só se torna possível com apoio, amor e muita compreensão. Agradeço, aqui, sobretudo às conversas instigantes, à militância política e ao amor dos que me cercam.

Agradeço primeiramente à Lari, minha esposa, por dividir a vida comigo e pela parceria na construção da nossa família. Agradeço por todo amor e apoio que me deu para começar, continuar e terminar essa graduação. Pelo incentivo quando eu achava que não ia conseguir e pelas broncas quando eu queria fazer mais do que conseguia. Por acreditar em mim em todos os projetos que eu me coloco, sendo eles perenes ou duradouros. Obrigada, amor, por estar sempre ao meu lado.

Às mulheres da minha vida: em memória da minha avó Terezinha, a quem dedico este trabalho, à minha mãe e a minha madrinha, que me fizeram entender desde cedo a carga e a potência de ser mulher em um mundo machista e patriarcal. E por serem meu alicerces e exemplos de força, resiliência e vontade de lutar contra as injustiças.

Aos meus filhotes de quatro patas, Ada e Gabo, pela companhia aninhados nos meus pés (e muitas vezes no colo) enquanto eu me perdia entre livros, artigos e escrita. E pela dose diária de serotonina que eu precisava pra me manter sã.

Às professoras do curso de Gestão de Política Públicas que sempre, desde o início, me fizeram acreditar que eu era capaz de passar, e passar bem, por essa jornada de estudar novamente, mesmo tendo um emprego em período integral, casa e família pra cuidar. Minha orientadora Christiana Freitas e professoras Suylan Midlej e Fernanda Natasha, vocês foram essenciais nessa minha retomada acadêmica. Obrigada pela energia, pelos conhecimentos e trocas durante esse período.

Aos meus amigos, que me abstenho de enumerar para não cair no risco de a memória falhar. Obrigada pela compreensão todas as vezes que vocês ouviam de mim "não posso, tenho que estudar". E pelas vezes que insistiam para eu ir para espairar um pouco a cabeça. Obrigada, ainda, pelo incentivo e por torcerem por mim.

Às minhas amigas e colegas do Inesc, pois meu trabalho na instituição foi decisivo para eu resolver voltar ao curso de Gestão de Política Públicas. Principalmente à Nathalie Beghin, Silvia Alvaréz, Thaís Vivas e Livi Gerbase, minhas companheiras de trabalho, desabafos e

discussões políticas; além de Thallita Oliveira e Márcia Acioli, gestoras do projeto Onda que sem o total apoio eu jamais teria conseguido fazer essa monografia.

Agradeço, ainda, a todas as mulheres que vieram antes de mim e lutaram para abrir os nossos caminhos na sociedade, na universidade e na ciência. Nosso caminho ainda é longo, mas seguimos desbravando com a força de todas que já passaram caminharam por ele. E a todas as pessoas que lutam e acreditam em um mundo sem desigualdades e sem qualquer forma de preconceito.

Por fim, e pela segunda vez, agradeço à Universidade de Brasília e seus criadores. Estudar aqui me abriu horizontes, caminhos e visões que eu só poderia ter tido aqui dentro. Foi essencial na minha formação política e cidadã. É um enorme alívio finalizar minha segunda jornada nesse espaço com um governo que valoriza a educação e a ciência. Está permitido sonhar novamente.

Resumo

O Brasil é, num rol de 18 países latino-americanos, o que mais apresenta inovações democráticas, entendidas no presente trabalho como espaços criados para aumentar a participação cidadã. A pesquisa visa entender quais as implicações subjetivas (sociais, políticas e culturais) do projeto Onda, um instrumento de ação pública, realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), no processo de formação para o exercício da cidadania para participantes e ex-participantes, considerando a iniciativa uma inovação democrática brasileira. Dessa forma, foi escolhido o estudo de caso como metodologia de pesquisa, com pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas, para entender os significados atribuídos ao projeto por seus implementadores e grupos-alvo, diretos ou indiretos; foram utilizadas técnicas baseadas na etnografia, com acompanhamento de atividades e formações do projeto e posterior elaboração de diários de campo, entre julho e setembro de 2022. Os resultados indicam uma série de inovações tanto para o processo de aprendizagem de estudantes como sua formação como sujeitos políticos e participativos no âmbito escolar e fora dele. Analisar o projeto Onda como inovação democrática revelou que o instrumento tem papel primordial no estímulo à participação política de crianças e adolescentes de áreas em situação de vulnerabilidade social do DF, mostrando que elas e eles podem e devem se tornar, coletivamente, vozes influentes em todo o processo das políticas públicas.

Palavras-chave: inovação democrática, participação popular, projeto Onda

Sumário

1.	Introdução	8
2.	Projeto Onda e outras iniciativas	12
	2.1. Elas na Escola, da ONG #ElasNoPoder	12
	2.2. Escola da Cidadania Ativa, da ONG Politize!	13
	2.3. Coletivo da Cidade	14
	2.4. O Projeto Onda, da ONG Inesc	15
3.	Referencial Teórico	16
	3.1. Democracia: participação, deliberação e inclusão	18
	3.2. Políticas públicas e ação pública	20
	3.3. O sujeito político	22
4.	Metodologia	27
5.	Resultados e discussão	31
	5.1. O Inesc	31
	5.2. Objetivos	39
6.	Considerações finais	49
7.	Referências	52
	ANEXO A – Roteiro de entrevista: Professor/Direção da escola	56
	ANEXO B – Roteiro de entrevista: Ex-participantes	57
	ANEXO C – Roteiro de entrevista: Participantes da turma Inesc	58
	ANEXO D – Roteiro de entrevista: Participantes da turma CED Dr. Zilda Arns	59
	ANEXO E – Roteiro de entrevista: Funcionário da Secretaria de Educação do DF	60

1. Introdução

Início meu trabalho pedindo licença para um breve relato pessoal. Uma das funções mais gratificantes e, sem dúvidas, mais difíceis de trabalhar em uma organização da sociedade civil, é o trabalho de base. Quando entrei para a equipe de comunicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), no final de 2016, o projeto Onda me cativou imediatamente. Infelizmente, as chamadas "áreas meio" nos afastam desse tipo de ação que dá sentido ao nosso ofício dentro de uma organização não-governamental (ONG). Por isso, me sinto extremamente recompensada em finalizar minha graduação em Gestão de Políticas Públicas pesquisando sobre o projeto Onda. Espero conseguir descrever em algumas páginas a real dimensão dessa iniciativa para crianças e adolescentes que passaram, passam e passarão pelo Onda. Começo, portanto, com a fala do menino Jonathan, à época com 11 anos, participante do projeto e estudante do 6º ano, no Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, no Itapoã, periferia do Distrito Federal.

Isso mostra que nós demos conta de chegar aqui pela nossa luta. Não pela luta dos ricos, pela luta dos branquinhos (sic), mas não: o preto, o pobre, aquele miserável, aquele sujo, aquele porco (sic) [...] Mas já pensaram que o agricultor, é ele quem colhe o abacaxi; que o padeiro pobre, é ele quem faz o pão; que a mulher pobre, é ela quem costura? [...] Isso nós não temos [acesso a escola pública, gratuita, próxima de sua residência]. Mas podemos conquistar. Por que nós não conquistamos o livro ECA, conquistamos o Estatuto da Criança e do Adolescente? Isso tudo não foi pela luta do branquinho, não foi por isso, mas pelo pobre, preto, negro, padeiro, entendeu?¹.

Nesse sentido, também justifico o uso da primeira pessoa em todo o trabalho por ter feito parte do Inesc como colaboradora por cinco anos e por estar realizando uma pesquisa etnográfica, de observação participante. Saliento, ainda, que foram tomados os devidos cuidados para manter o distanciamento necessário para a coleta e análise do material descrito aqui.

O capítulo 2 abre este trabalho falando sobre algumas iniciativas no Distrito Federal que trabalham com crianças e adolescentes na perspectivas de cidadania e direitos humanos. O Onda, do qual Jonathan participa e também será descrito nesse capítulo e detalhado no capítulo 5, é uma iniciativa do Inesc, uma organização da sociedade civil, não partidária e sem fins lucrativos. Seu objetivo é discutir as temáticas de direitos humanos e orçamento público com

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjy8r34Mdc8>. Acesso em 6 mar. 2022

crianças e adolescentes nas escolas públicas do Distrito Federal (DF) por meio de ações educativas e culturais, priorizando a lógica da educação popular e dos direitos humanos na formação de jovens, para que elas e eles se entendam como pessoas capazes de participar ativamente na luta pelos seus direitos e no monitoramento das políticas públicas que afetam suas vidas. Para o presente trabalho, o Onda será analisado sob a ótica da ação pública, que entende que as políticas e decisões públicas podem ultrapassar os limites do estado, envolvendo outros atores, como as organizações da sociedade civil (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012).

É significativo destacar a importância do projeto para romper com o conservadorismo que vem se alastrando na sociedade brasileira, atingindo principalmente a educação. Como defende Jessé Souza (2017, 2018 apud PAIVA, 2021), o conservadorismo sempre esteve na formação brasileira como um alicerce para manter as diversas formas de desigualdade. No entanto, desde 2016, o Brasil enfrenta uma forte onda conservadora em diversas áreas e a educação é, possivelmente, uma das mais atingidas. Projetos como o Escola sem Partido, militarização de escolas públicas e ataques a chamada "ideologia de gênero" dentro do âmbito escolar vêm ganhando mais força principalmente desde a eleição do ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro. Além disso, em 2022, o Novo Ensino Médio, aprovado em 2017, passou a valer nas escolas. A justificativa é "tornar a etapa mais atrativa e evitar que os estudantes abandonem os estudos" (EBC, 2022). Mas, na prática, especialistas avaliam que a política pode aumentar as desigualdades, diminuindo a carga horária de disciplinas importantes como História e Geografia, e incluindo disciplinas como vendas ou redes sociais (GELEDES, 2016). Importante destacar que, para os defensores da "contaminação ideológica" na educação, "doutrinar" se aplica apenas às ideias entendidas como de esquerda, mas não às ideias liberais como livre iniciativa, entre outras. Estas são entendidas como valores inquestionáveis (BERGER & LUCKMANN, 2004; LAPLANTINE, 2000; RABUSKE, 2001 apud PAIVA, 2021, p. 107). Em comum, esses projetos possuem um forte componente conservador, atacando principalmente as disciplinas das áreas de Humanas e uma suposta doutrina tida como de esquerda dentro das escolas, principalmente das públicas. Visam, ainda, moldar estudantes dentro de uma visão única de mundo, com pouca ou nenhuma visão crítica e contestadora.

Aliado a esse conservadorismo, estudo recente, realizado pela ONG Luminare (2022), mostra que jovens do Brasil, entre 16 e 24 anos, têm dificuldades em definir o significado de palavras como "democracia", "estado" e "Congresso". Poucas e poucos entendem a participação popular como parte do processo democrático. Segundo a cientista política Camila Rocha, uma das responsáveis pela pesquisa no Brasil, pessoas entrevistadas diziam que a dificuldade em se

interessar por política vinha da falta de conhecimento que possuíam. Explicitaram o interesse em saber como o Estado funciona, como o Legislativo funciona, por exemplo. A pesquisadora ressalta, ainda, a ausência desses conhecimentos básicos na educação brasileira que poderiam ajudar essas e esses jovens a se localizarem melhor nos debates (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).

Compreende-se, aqui, que todas as atividades do projeto Onda visam "fortalecer a capacidade de atuação das/os jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a elas/es destinadas" (INESC, 2022a), estimulando seu entendimento como sujeitos de direitos capazes de participar ativamente das decisões públicas. Dessa maneira, quais seriam as implicações sociais, políticas e culturais do projeto no processo de formação para o exercício da cidadania de participantes e ex-participantes, considerando a iniciativa uma inovação democrática brasileira? Importante ressaltar aqui o conceito de inovação democrática como instituições concebidas para ampliar a participação cidadã (FREITAS, 2020) e como "espaço sociotécnico em que saberes, instrumentos, processos, atores e representações se encontram para materialização da ação pública" (FREITAS, SAMPAIO, AVELINO, 2022, p. 2).

O principal objetivo da pesquisa é, portanto, investigar as implicações subjetivas do projeto Onda no processo de formação para o exercício da cidadania para participantes e ex-participantes, considerando a iniciativa uma inovação democrática brasileira. Além disso, pretende-se: (1) identificar as inovações que o Onda traz para a participação popular; (2) analisar seus efeitos diretos e indiretos para o fortalecimento da democracia dentro das escolas públicas do DF; (3) investigar quais os bens imateriais (capital simbólico, social, cultural) que adquirem crianças e adolescentes que passam pelo projeto e (4) realizar análise da percepção de ex-participantes sobre a sua trajetória política.

Dessa forma, como descrito no capítulo 4, foi escolhido o estudo de caso como metodologia de pesquisa, uma vez que será explorado um fenômeno contemporâneo, cujos comportamentos relevantes não podem ser manipulados (YIN, 2001). Utilizei, ainda, a pesquisa qualitativa, com técnicas etnográficas - imersão, observação, registro - e a produção de quatro diários de campo a partir de visitas a formações e atividades do projeto entre julho e setembro de 2022. Além de revisão bibliográfica e documental dos conceitos importantes para a pesquisa, como inovação democrática, participação popular, construção do sujeito político, entre outros, aprofundados no capítulo 3.

Segundo o portal Lattino (POGREBINSCHI, 2017), entre 1990 e 2020, o Brasil registrou cerca de 410 iniciativas de inovações democráticas. Entre os 18 países pesquisados, o tivemos a maior quantidade de iniciativas. Um ponto importante é que, até 2011, o Brasil apresenta trajetória ascendente em número de inovações democráticas, com um *boom* entre 2005 e 2006. A partir de 2013, esse número passa a oscilar entre perdas e ganhos de novas iniciativas, com uma trajetória de descendência desde 2016, ano de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Portanto, estudar inovações democráticas, principalmente as inclusivas como o Onda, pode estimular o desenvolvimento dessas ferramentas e do campo de conhecimento relacionado às inovações democráticas.

Além disso, avaliar os principais aspectos do projeto que estimula a participação cidadã de crianças e adolescentes traz a possibilidade de expandir sua metodologia, abrindo espaço para que outras organizações realizem trabalhos similares, ampliando territórios e número de pessoas participantes dessas iniciativas.

2. Projeto Onda e outras iniciativas

Como ressaltado no capítulo anterior, o portal Lattino (POGREBINSCHI, 2017) mapeou 410 iniciativas de inovações democráticas no Brasil, entre 1990 e 2020. O mesmo portal identificou apenas seis iniciativas no Distrito Federal. Todas elas, após pesquisa em sites de busca e redes sociais, parecem já ter sido finalizadas ou interrompidas. Dessa maneira, optei por buscar, por meio de sites de busca, consultas a amigos e conhecidos e redes sociais, outras iniciativas que tivessem características de inovação democrática e trabalhassem, também, com crianças, adolescentes e educação.

No fim do capítulo analiso mais detalhadamente o projeto Onda, trazendo um pouco de seu histórico, situação atual, território de atuação, funcionamento, entre outros pontos.

2.1. Elas na Escola, da ONG #ElasNoPoder

A ONG #ElasNoPoder existe desde 2017, após as criadoras perceberem que as mulheres tinham pouco espaço para obter recursos para suas campanhas políticas. A iniciativa pretende tornar as campanhas femininas mais competitivas e preparadas. Um de seus projetos é o Elas na Escola, que existe desde 2022 (ELAS NO PODER, 2022).

A missão do Elas na Escola é estabelecer uma cultura de igualdade ao longo da formação de estudantes da rede pública de ensino, com foco na prevenção de situações que dificultam a autoconfiança das meninas e de pessoas não brancas no ambiente escolar, promovendo sua curiosidade intelectual. O objetivo do projeto é, portanto, ajudar as meninas participantes a se reconhecerem como agentes de mudança e se sentirem confiantes em sua capacidade de transformação social. As formações são realizadas de maneira presencial, com duração de três semanas, para alunas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Segundo informações que obtive por meio de mensagem direta pelo Instagram da organização, no primeiro momento do projeto, que aconteceu entre setembro e novembro de 2022, participaram cerca de 50 meninas negras dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Elas receberam uma bolsa por semana, durante as três semanas do projeto, para custeio de deslocamento até o local das formações. A seleção foi feita por meio de formulário e redação.

As temáticas das formações abordam os seguintes aspectos: síndrome da impostora, sororidade e dororidade entre meninas negras, conversas com profissionais negras, conversa

com mulher eleita negra, saúde mental da mulher negra, conversa com psicóloga negra, futuro profissional.

2.2. Escola da Cidadania Ativa, da ONG Politize!

A Politize! é uma organização da sociedade civil que trabalha para que cada vez mais pessoas se interessem por política de maneira a aumentar a participação cidadã nos espaços de tomada de decisão que impactam toda a população brasileira. A missão da instituição é “formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia, levando educação política a qualquer pessoa, em qualquer lugar” (POLITIZE, 2022). Possuem uma plataforma online com diversos conteúdos didáticos, acessíveis e plurais sobre política; formam lideranças cidadãs para resolver problemas públicos; e oferecem materiais pedagógicos e treinamentos para professores levarem a pauta da cidadania para o Ensino Médio público.

O projeto Escola da Cidadania Ativa, da instituição, procura, junto às escolas públicas, "garantir o direito constitucional dos(as) estudantes brasileiros de serem educados para o exercício da cidadania" (POLITIZE, 2022). Também formam professores e professoras, apoiam as Secretarias de Educação na implementação do Novo Ensino Médio e na construção de currículos, materiais pedagógicos e formações relacionadas à educação para a cidadania ativa.

O projeto atua em diferentes frentes:

- Trilha de aprofundamento “Liderança e Cidadania”: consiste em um currículo de 900 horas, organizado em seis unidades curriculares que podem ser ajustadas de acordo com cada realidade, com a temática de Liderança e Cidadania.
- Formação de educadores e educadoras em Liderança e Cidadania: consiste em uma formação de 40 horas com profissionais de redes parceiras, por EAD, na plataforma do Politize!. O objeto é apresentar a Trilha de aprofundamento descrita acima.
- Material pedagógico: são componentes curriculares de 40 horas para serem oferecidas como eletivas livres ou inclusas na trilha de aprofundamento.
- Formação “Planejamento de iniciativas sociais”: formação EAD de 40 horas para estudantes sobre o funcionamento da política institucional, reconhecimento dos alcances das políticas públicas e identificação de meios para planejar intervenções baseadas na realidade das e dos estudantes.

- Formação de lideranças ativas: formação de 30 horas para representantes de turmas para que planejem uma intervenção positiva na escola. (POLITIZE, 2021)

Segundo o site institucional, o programa já atendeu mais de 2 milhões de estudantes em todo o Brasil.

2.3. Coletivo da Cidade

O Coletivo da Cidade é uma organização da sociedade civil, localizada na Cidade Estrutural (DF). Sua atuação prioritária é no atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo atividades artísticas e educativas para a transformação social (COLETIVO DA CIDADE, 2023). Importante enfatizar que existem grandes similaridades entre as formações que o Coletivo oferece e as formações do projeto Onda, uma vez que a instituição já foi atendida pelo Onda e por outro projeto em parceria com o Inesc, o Observatório da Criança e do Adolescente (OCA).

O Coletivo foi pensado e construído na perspectiva de fortalecer os vínculos no território de atuação. Também se propõe a ser espaço de convivência comunitária e de capacitação profissional para moradores e moradoras da cidade.

Além de atividades educativas e artísticas, a instituição oferece acompanhamento psicossocial para promover o desenvolvimento de 200 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. “O trabalho visa a vivência de práticas socioeducativas que proporcionem a valorização e a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades para a realização de projetos de vida pessoais e coletivos, transformadores e comprometidos com o bem comum” (COLETIVO DA CIDADE, 2023).

Os temas trabalhados são direito à infância, a importância do brincar, direito à cidade, educação emancipadora, direitos humanos, racismo, violência contra a mulher, exploração sexual de crianças e adolescentes, respeito à diversidade, trabalho infantil, lixo e a vida dos catadores e catadoras, comunicação popular, entre outros.

A metodologia da instituição se inspira em educadores populares como Paulo Freire, com uma prática de diálogo com as crianças, adolescentes, famílias, educadores e comunidade o entorno. Outra atividade são as “Rodas de Aprendizagem”: espaços de saberes construídos coletivamente. Cada roda contempla uma perspectiva diferente do processo de aprendizagem,

resultando na formação integral para as crianças e adolescentes participantes do processo (COLETIVO DA CIDADE, 2023).

2.4. O Projeto Onda, da ONG Inesc

O Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e não partidária que, há 42 anos, atua politicamente com outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais para amplificar suas vozes nos espaços nacionais e internacionais de discussão de políticas públicas e direito humanos. A organização trabalha com o fortalecimento de outras organizações, coletivos, crianças, adolescentes, indígenas, agricultores familiares, comunidades tradicionais, jovens negros e negras, etc., amplificando suas vozes, pois acredita que essas pessoas serão responsáveis por melhorar processos democráticos, fortalecer cidadãs e cidadãos e combater todas as formas de opressão, desigualdades e preconceito. E o orçamento público é peça-chave nesta construção. Para o Inesc, entender e interpretar esse instrumento é fundamental para promover e fortalecer a cidadania e garantir os direitos a todas as pessoas (INESC, 2022b).

Apesar de ter sido fundada em 1979, o orçamento público começou a ser trabalhado na organização no início da década de 90, com a metodologia desenvolvida pelo próprio Inesc, denominada Orçamento & Direitos. A temática passou a costurar transversalmente os outros temas da instituição, relacionando as várias faces da desigualdade: desde a dívida externa, até, diretamente, a vida de crianças e adolescentes.

Além disso, desde 1992, a instituição atua no acompanhamento das políticas voltadas às crianças e aos adolescentes, com a finalidade de garantir a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), junto aos três Poderes, além de participar dos grandes debates e mobilizações nacionais na área. Uma dessas atuações é justamente pressionar o poder público para cumprir a Constituição Federal e o ECA em relação à destinação privilegiada de recursos para as áreas relacionadas à infância e à juventude.

A atuação da organização estava centrada na incidência junto ao poder público e na articulação com outras organizações. A partir do trabalho com o Orçamento Temático da Criança e do Adolescente, o Inesc sentiu necessidade de colocar outras lentes sob o orçamento, mas entendendo que o esforço só seria efetivo se saísse das quatro paredes e fosse apropriada por mulheres e homens, crianças, adolescentes, jovens e organizações em suas lutas diárias. Daí surgem as formações, como o projeto Onda, fruto da articulação das diversas iniciativas do Inesc na área de criança e adolescente.

3. Referencial Teórico

Em 2023, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) completa 35 anos. Conhecida como a Constituição Cidadã, ela é, ao mesmo tempo, fruto de esforços dos cidadãos e um marco do que seja cidadania até mesmo no que tange aos espaços destinados à gestão democrática (DAROIT *et al.* 2018, p. 119). "É esse documento que expressa a superação de uma cidadania passiva e receptora, para uma cidadania ativa e reivindicadora, que foi capaz de prestar sentidos a um Estado até então fechado para essas influências" (CARVALHO, 2002).

Pogrebinschi (2017) ressalta que a atual constituição, garantidora de um amplo rol de direitos civis, políticos e sociais, se destaca também pela implementação de ferramentas de participação nas três esferas federais, inaugurando um cenário novo de práticas participativas no Brasil. Os direitos individuais e coletivos ganham um capítulo, assim como os direitos sociais, enfatizando os direitos humanos assumidos em tratados internacionais. (DAROIT *et al.* 2018, P. 121)

Tanto o processo de redemocratização como a própria elaboração da CF/88 envolveram partidos políticos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, trazendo, dessa forma, novas demandas de organização e estrutura incluindo atores com interesses, visões e identidades diferentes. E contribuindo para o desenho de estruturas democráticas entre Estado e sociedade (ibidem).

Essa pluralidade de atores traz à tona, também, experiências inovadoras. O Brasil é considerado um grande laboratório para o mundo de experiências participativas devido ao número e variedade delas desde a CF/88 (TEIXEIRA, ALMEIDA & MORONI, 2020).

As chamadas instituições participativas, por exemplo, os conselhos de orçamentos participativos e conferências de políticas públicas, introduzem novos pontos de interação entre o Estado e a sociedade, visando à complementaridade dos processos decisórios representativos. Nesse sentido, assim como nas formas de democracia direta e no modelo teórico da democracia participativa, a participação deve produzir efeitos sobre as instituições políticas e as políticas públicas, envolvendo um componente decisório. (ibidem, p.30).

O conceito de inovação democrática pode ter diferentes abordagens. Segundo a concepção clássica, são ações planejadas para incentivar a participação cidadã nos processos políticos de tomada de decisão (SMITH, 2009 apud FREITAS, SAMPAIO, AVELINO, 2022, p. 2). Já na abordagem tecnopolítica proposta por Freitas, Sampaio e Avelino (2022), as

inovações democráticas também são espaços sociotécnicos "em que saberes, instrumentos, processos, atores e representações se encontram para materialização da ação pública" (ibidem, p. 2). Segundo as autoras e os autores,

Inovações democráticas são normalmente definidas como instituições desenhadas para aumentar a participação cidadã. São consideradas instrumentos para aperfeiçoar mecanismos políticos e legais com o intuito de estimular a atuação política, colaborando, com isso, para a formulação de programas governamentais, políticas públicas, leis e ações diversas no campo político (POGREBINSCHI, 2016 apud FREITAS, 2020, p. 3)

Ainda,

A inovação democrática é toda iniciativa, prática ou processo que vise à participação cidadã e ao aprofundamento da democracia a partir da (1) adoção de práticas incrementais, normas, meios e fins voltados à solução de problemas públicos; da (2) geração de novos instrumentos e meta-instrumentos de ação pública e do (3) desenvolvimento de novas capacidades tecnopolíticas e socioestatais que podem vir a gerar novas formas de cidadania e práticas políticas voltadas ao aprofundamento da democracia. (FREITAS, SAMPAIO, AVELINO, 2022, p. 8)

Essa perspectiva deixa em evidência o objetivo principal das inovações democráticas: promover a participação cidadã. De acordo com Pogrebinschi (2017) e Freitas (2020), a participação é, além de um fim, um meio das inovações democráticas. "O propósito ou fim das inovações democráticas são as muitas dimensões da qualidade da democracia, como accountability, responsividade, inclusão política, igualdade social e Estado de direito" (POGREBINSCHI, 2017; FREITAS, 2020). A participação como meio pode assumir formas diversas como voto direto, participação digital, deliberação e representação cidadã.

Outro ponto de relevância para as inovações democráticas é o fato de proporcionarem diversidade de agentes, agências e agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão política, "assim como de instrumentos, meios e oportunidades para que as minorias possam ter oportunidade de se manifestar e ser representadas nessas mesmas searas. (GOMES, 2011, p. 28 apud FREITAS, SAMPAIO, AVELINO, 2022, p. 14). Importante observar que esse entendimento vai ao encontro da compreensão de Lascoumes e Le Galès (2012) sobre ação pública.

Freitas, Sampaio e Avelino (2022) ainda defendem que uma inovação democrática pode gerar valor público, produzindo sentidos, significados e novas formas de cidadania, mesmo que não produza instrumentos de ação pública ou efeitos diretos. Por isso, é importante analisá-las não apenas na superfície, pelo que é visível, mas entendendo também efeitos não perceptíveis ou diretamente identificáveis como consequência de uma inovação. Dessa maneira, elas são

entendidas não apenas como instrumento para solucionar problemas públicos, mas como meios de transformação social.

3.1. Democracia: participação, deliberação e inclusão

A democracia é um conjunto de valores e de instituições que encarnam os valores democráticos ao longo da história (TEIXEIRA, ALMEIDA e MORONI, 2020). Habermas e autores influenciados por ele, por exemplo, entendem que só existe democracia onde houver uma esfera de deliberação que seja livre (O'DONNELL, 1999). Já Touraine (1996, p. 34) defende que "a democracia é o reconhecimento de que os indivíduos e coletividade têm o direito de serem os atores de sua história e não somente de serem libertados de suas cadeias".

Fleury (2004) entende que a espinha dorsal dos regimes democráticos é a formação de um espaço público onde indivíduos diferentes, independente do lugar que ocupem na hierarquia social, tenham condições de negociar seus interesses como iguais. Dessa forma, é possível regular os conflitos e ampliar a igualdade pela gestão do estado, além de legitimar as diferenças.

A democracia se apresenta em diversos modelos e três aspectos principais merecem destaque: a participação, a deliberação e a inclusão (TEIXEIRA, ALMEIDA e MORONI, 2020).

O ponto central da democracia é a participação, entendida como a possibilidade de opinar e decidir acerca de temas de interesse público. O poder só é legítimo quando vem da vontade coletiva (TEIXEIRA, ALMEIDA e MORONI, 2020). Para Bobbio (1998), o ideal democrático exige que os cidadãos estejam atentos ao que acontece na esfera pública, se informem sobre os principais acontecimentos políticos e se entendam capazes de fazer escolhas públicas de formas diretas ou indiretas de participação.

Santos (2002) destaca que a teoria democrática contemporânea enxerga a participação política mais como os direitos e deveres constitucionais dos cidadãos em relação às eleições de seus representantes e na garantia do funcionamento democrático. Dessa forma, concebe a participação com um papel passivo, cuja função e atividades dos cidadãos ficam limitadas ao âmbito das eleições, partidos e grupos de pressão, "de forma que pareça que esta é a única forma natural que a democracia pode ter" (SANTOS, 2002, p. 110).

No entanto, participação política pode abranger uma série de atividades diferentes: o voto, a militância em um partido político ou movimento social, o ato de participar de manifestações, a contribuição para alguma agremiação política, a discussão de acontecimentos

políticos, a participação em algum comício ou reunião sindical, o apoio a algum candidato durante campanha eleitoral, o ato de pressionar algum político, a difusão de informações políticas, entre outros (BOBBIO, 1998). Segundo Pogrenbinschi (2017), nos últimos anos, pesquisas de opinião pública ainda estenderam o conceito de participação para assinaturas em petições, frequência em associações de bairro e outras organizações, entre outros. A autora destaca a importância desse alargamento para enfatizar que a participação, assim como o exercício da cidadania, vai muito além do voto.

Em comum, todas essas ações representam em maior ou menor nível, um fortalecimento da integração entre esfera política e civil. A democracia participativa entende que a participação da população nas decisões e processos políticos traz inúmeros benefícios para a democracia, despertando nos cidadãos mais aceitação e colaboração na implementação de políticas cuja elaboração eles puderam participar (FREITAS, LIMA & LIMA, 2015). Ainda, ela possibilita o desenvolvimento da consciência crítica na população, encoraja a reivindicação e auxilia a resolução de problemas que, para os indivíduos, podem parecer insolúveis se contarem só com a ação individual (BORDENAVE, 1994). O autor acrescenta, também, o fato de que quando há participação e fiscalização dos serviços públicos, estes tendem a ficar melhores em qualidade e oferta.

O segundo ponto importante da democracia destacado por Teixeira, Almeida e Moroni (2020) é a deliberação. Os democratas radicais defendem que uma democracia mais deliberativa, que permita aos cidadãos discutirem e pensarem conjuntamente sobre a melhor maneira de resolver problemas públicos, cuja força mais poderosa seja a do melhor argumento, pode aumentar a igualdade política. A deliberação reduz o poder de quem tem mais recursos em prol de quem tem melhores argumentos (FUNG & COHEN, 2008).

A democracia deliberativa, segundo Young (2001), é um processo que se propõe a criar um público, ou seja, cidadãos capazes de se unirem para discutir objetivos, ideias, ações e problemas coletivos. Para a autora, as democracias atuais focam mais em uma orientação consumidor-privatizada do que na deliberação.

Para haver deliberação, assim como participação, a quantidade e qualidade das informações sobre todos os problemas públicos precisa ser alta e uniforme, chegando a todas e todos, para não haver desequilíbrios e assimetrias (FREITAS, LIMA & LIMA, 2015).

O terceiro aspecto da democracia é a inclusão. Fleury (2004) entende que a democracia representativa falha ao atender aos grupos marginalizados, tanto em sua capacidade de organização, quanto na inserção de seus interesses na esfera pública. Quando se fala em

participação na democracia representativa, estamos falando apenas em escolha, não em decisão. A decisão é deslocada para os representantes (TEIXEIRA, ALMEIDA E MORONI, 2020). A representação, portanto, não garante, pelo método da tomada de decisão por maioria, que identidades minoritárias terão expressão na agenda governamental com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos (SANTOS, 2002).

Teixeira, Almeida e Moroni (2020) incluem dentro de uma democracia inclusiva, um conjunto de inovações institucionais e teóricas que se dedicam aos resultados da representação. Tais iniciativas buscam garantir a representação de grupos historicamente marginalizados no processo político, combatendo a sub-representação de grupos sociais – como mulheres, população negra, população indígena, entre outros. Dessa maneira, o direito de votar e ser votada ou votado não é garantia de cidadania, é preciso assegurar a participação desses grupos marginalizados tanto nos partidos políticos, como no processo de discussão de políticas públicas, comitês, fóruns e painéis deliberativos, e representação nos poderes Executivo e Legislativo, com reserva de vagas, por exemplo.

Só existe participação e deliberação que garantam a inclusão na democracia, se houverem "elementos cognitivos, socioeconômicos e culturais necessários para a livre expressão de suas ideias" (HABERMAS, 1984; FARIA, 2012 apud FREITAS, LIMA & LIMA, 2015).

3.2. Políticas públicas e ação pública

Os conceitos discutidos acima - participação, deliberação e inclusão - se ligam essencialmente à produção de políticas públicas e, para usar um termo mais contemporâneo, a ação pública, apresentados nessa seção.

As definições de políticas públicas podem ser encontradas das mais variadas formas. O pesquisador Thomas Dye (1978 apud ZITTOUN, 2021) encontrou em comum entre elas o fato de que todas tinham relação com o seu produtor, ou seja, o governo. Em sua definição, políticas públicas é tudo o que o governo decide ou não fazer (ZITTOUN, 2021, p. 115).

Para Lascoumes e Le Galès (2012), essa visão clássica das políticas públicas não acompanhou os avanços políticos e sociais das últimas décadas. Os autores criticam esse entendimento de que as políticas públicas designam somente as ações desenvolvidas por autoridades governamentais, só ou em parceria, com o objetivo de solucionar um problema público. Houve três mudanças determinantes no cenário mundial que tornaram esse modelo

ultrapassado: (1) o espaço que essas ações acontecem se expandiu, com grandes blocos, regiões, departamentos, entre outros, se envolvendo; (2) as fontes de influência nas políticas se proliferaram, ultrapassando territórios nacionais; e (3) instituições privadas passaram a ter mais influência no ciclo de políticas públicas.

Por isso, os autores entendem que os termos ação pública e governança podem ser mais adequados ao fenômeno contemporâneo, uma vez que explicam "as situações em que se mesclam atores públicos e privados, assim como a tese de que o Estado não tem mais domínio de um jogo que se tornou essencialmente coletivo" (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 33). O termo se aplica não apenas ao Estado, mas a outros atores públicos e privados da sociedade civil que, em busca de objetivos comuns, agem conjuntamente em prol de direitos sociais (SARMENTO, 2012, p. 13).

Essa visão quebra alguns paradigmas importantes da visão clássica de políticas públicas. Primeiro, o "voluntarismo político", que coloca os políticos como benfeitores do povo ou "salvadores da pátria". Em segundo, a ideia de unicidade do Estado, colocando a autoridade estatal como imparcial, racional e detentora do monopólio das políticas públicas, entendendo que, agora, o Estado é fortemente influenciado por outros atores que atuam em diversos setores da gestão pública. Por fim, o fetichismo da decisão dos governantes, compreendendo que não só as escolhas e os atores diretos definem a política pública, mas as não decisões, os bastidores, os atores ocultos são tão importantes quanto (SARMENTO, 2012; LASCOUMES & LE GALÈS, 2012).

Depreende-se, portanto, que a análise das políticas públicas precisa ultrapassar os resultados das decisões estatais.

Trata-se, definitivamente, de interrogar-se sobre o funcionamento da democracia, a partir do momento em que a dimensão técnica (no sentido mais amplo do termo) da ação pública aumenta fortemente, a tal ponto que termina por colocar-se o problema da reintegração do cidadão na "rede da decisão"[boucle de la décision]" (MULLER & SUREL, 2002, p. 11).

Quando os autores Lascoumes e Le Galès (2012) rompem com a visão clássica das políticas públicas, eles incluem no processo uma série de outros atores que têm influência no processo, entre eles as organizações da sociedade civil.

De acordo com Pinto (2006), as ONGs são elementos importantes e muito presentes na defesa de interesses ligados a justiça social, direitos humanos, meio ambiente, entre outros.

Em cenários como o brasileiro, onde há a concomitância de uma sociedade civil com formidáveis níveis de organização, com parcelas volumosas da população desprovidas de qualquer possibilidade de cidadania, estas organizações ocupam papéis de quase partidos políticos da sociedade (ibidem).

A autora destaca que essas organizações geralmente possuem dois eixos de atuação importantes: um que se relaciona com a defesa de populações excluídas, ou a sociedade não-organizada, e a outra que se relaciona com o próprio Estado, sobretudo na formação e treinamento de potenciais lideranças dentro e fora de movimentos sociais para defender interesses comunitários (ibidem).

A presença dessas organizações no cenário político inseriu novos sujeitos no espaço público, causando um rearranjo da esfera pública.

O espaço da sociedade civil e suas funções, no que se poderia chamar de novo pacto, variam enormemente de autor para autor, desde os que o veem como o contraponto virtuoso à corrupção e à letargia do Estado, até aqueles que lhe atribuem poderes quase revolucionários, como em uma espécie de nova vanguarda (ibidem).

Young (2002) acrescenta ainda que muitos delegam à sociedade civil um papel central na promoção da democracia e no bem-estar social. Ela é importante por promover confiança, escolhas e virtudes democráticas. Para a autora, a sociedade civil facilita o surgimento de uma esfera pública onde diferentes setores sociais podem falar suas experiências e dar suas opiniões. "Talvez ainda mais importante, as esferas públicas permitem que os cidadãos exponham a injustiça do estado e do poder econômico e tornem o exercício do poder mais responsável" (ibidem, p. 155, tradução livre).

3.3. O sujeito político

Me proponho a analisar, aqui, a formação do sujeito político, assim como a inclusão ou exclusão dele do jogo político. A análise pode facilitar tanto o entendimento da participação de novos atores na formulação e implementação de política públicas, como a compressão dos objetivos específicos deste trabalho que dizem respeito à formação política de crianças e adolescentes no âmbito do projeto Onda.

Touraine (1996) define que o sujeito é o indivíduo ou grupo que se constitui como ator por meio da associação com outros devido a sua experiência de vida. Esse sujeito associa seu desejo de liberdade com a filiação a uma cultura. O cerne da democracia, complementa, é oferecer as condições institucionais imprescindíveis para a ação dele. A democracia, assim,

deixa de ser apenas um conjunto de garantias institucionais e passa a ser a própria luta dos sujeitos “impregnados de sua cultura e liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas: segundo a expressão lançada por Robert Fraisse, ela é a política do sujeito” (TOURAINÉ, 1996, p. 24).

A construção do ator político envolve produzir uma identidade simbólica capaz de diferenciar um certo grupo dos demais, além de possibilitar que ele se auto represente diante de si e dos outros. Nas palavras de Fleury (1997, p. 25), “passa pelo reconhecimento de um “nós” por oposição a “eles””. A condição política desse sujeito é a existência da democracia: ele se constitui como um cidadão que atua como agente capaz de transformar o meio em que vive.

Quando Freitas e Lima & Lima (2015) falam na necessidade de elementos cognitivos, socioeconômicos e culturais para que os sujeitos possam expressar livremente suas ideias, as autoras se referem ao capital simbólico, cultural e social necessários para que esse sujeito se constitua como um ator na democracia.

Esses três tipos de capital, trazidos por Pierre Bourdieu, tratam a respeito dos recursos disponíveis para um indivíduo obter honra, prestígio ou reconhecimento e servem como um valor dentro de uma cultura. Eles atribuem poder aos que conseguem reconhecimento suficiente para se impor diante desse reconhecimento. Em resumo: o capital cultural se refere ao reconhecimento social por conta de saberes reconhecidos; o capital simbólico ao prestígio e à honra de determinada pessoa; e o capital cultural às relações sociais privilegiadas (BOURDIEU, 2010).

Para o autor, o poder simbólico, do qual resulta o capital, é um poder de construção da realidade. Além de ser invisível, só pode ser exercido por causa do reconhecimento de quem o exerce ou não quer saber que está sujeito a ele. Os símbolos, aqui, são componentes de integração social, ou seja, instrumento de conhecimento e comunicação que tornam possível o consenso em torno do sentido do mundo social e contribui para reproduzir a ordem social. "O reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas" (ibidem, p. 145).

Fleury (2004) destaca que o poder simbólico pode universalizar demandas particulares, mas ele sozinho não gera ações. Isso só acontece quando unido a atores sociais e organizados. A autora defende que os movimentos sociais são escolas que facilitam o entendimento dos direitos e difundem a compreensão sobre eles por meio da ação coletiva, uma vez que os direitos

só conseguem ser exercido se houver associação. “A percepção dos direitos nasce da luta, pois é através da luta pelos direitos que os direitos são conhecidos e definidos” (ibidem, p. 17).

Nesse mesmo sentido, o capital social acontece quando as relações entre as pessoas se constituem de maneira a facilitar a ação, utilizado pelos atores para realizar seus interesses. Ele se manifesta quando há generalização das relações de confiança para além das identidades familiares e comunitárias, consolidando-se em relações de identidade coletiva cidadã.

Os benefícios possíveis do capital social seriam o potencial de informação que é inerente às relações sociais, a criação de obrigações e expectativas, normas efetivas que constituem uma forma de poder e controle, relações de autoridade e influência, fortalecimento da organização social, a estabilidade da estrutura e a solidariedade social. Este último aspecto é decorrente do fato do capital social ser um bem público que não pode ser apropriado individualmente, por ser indivisível e inalienável (ibidem, p. 19).

Como os outros, o capital cultural é um mecanismo de poder que, na obra de Bourdieu (apud SILVA, 1995), indica todas as formas em que a cultura reflete ou atua sobre as condições de vida dos indivíduos. Silva (1995) define o capital cultural como um sistema que, ao mesmo tempo, reproduz as condições sociais que apresenta e propicia uma mudança que favorece a mobilidade social.

Há autores que destacam aspectos diferentes do capital cultural: o “incorporado”, que seriam as capacidades culturais que cada classe possui e são transmitidas de geração para geração por meio da socialização primária; e o “institucionalizado”, que seriam os títulos, diplomas e outras credenciais educacionais que o indivíduo adquire durante a vida. Eles se interrelacionam uma vez que a escola facilita o trânsito dos indivíduos que possuem determinado capital incorporado. Ambos, portanto, ajudam a reproduzir as classes sociais (JOPKE, 1986 apud SILVA, 1995).

Bourdieu (2010) ressalta que os sistemas simbólicos têm função política de impor ou legitimar a dominação e colaboram para assegurar essa dominação de uma classe sobre a outra (o que ele chama de violência simbólica), contribuindo, dessa maneira, para domesticar os dominados. As diferentes classes se organizam em uma luta simbólica para estabelecer a definição de mundo social de acordo com seus interesses.

Dessa maneira, considerando que os mecanismos que compõem o campo político são ferramentas de percepção e de expressão do mundo social, as opiniões que são apresentadas em determinada população depende dessas ferramentas disponíveis e do acesso que os diferentes grupos tem a elas (ibidem).

Levando em conta Bourdieu, faço um paralelo com a afirmação de Werle, na apresentação de “Mudança Estrutural da esfera pública” (HABERMAS, 2014), onde ele diz que grande parte da população se encontra à margem da discussão política e dos processos de tomada de decisões, além de serem constantemente manipuladas para que os líderes políticos consigam, por meio de técnicas midiáticas, a lealdade que precisam para legitimar seus programas políticos. Para Touraine (1996), a democracia tem o papel de ajudar os indivíduos a serem sujeitos e conseguirem, por meio de suas práticas, se integrar não só à racionalidade, como às suas identidades apoiadas em uma cultura e tradição. No entanto, a partir do momento que muitos indivíduos se sentem marginalizados ou excluídos da sociedade, percebendo que não chegam a participar dela, a consciência da cidadania enfraquece.

Por exemplo, de acordo com Calderon (1995 apud MAIA, 2006), os países da América Latina possuem inúmeras identidades que são negadas com frequência. Essa cultura vem sendo um dos principais empecilhos à democracia na região, uma vez que impede o reconhecimento de vários grupos de cidadãos. Para ilustrar, a Latinobarômetro (2020) mostra que o apoio à democracia na América Latina caiu de 63% para 48% entre 2010 e 2018. Em 2020, ficou no patamar de 49%. Das garantias civis e políticas pesquisadas, a liberdade de participar na política fica em último lugar, caindo de 62% em 2018 para 45% em 2020. No Brasil, 60% dos cidadãos acreditam que a liberdade para participar da política é pouco ou nada garantida. Além disso, 72% se diz pouco ou nada interessada em política. Percebe-se, portanto, um cenário tanto regional, como nacional, de sentimento de exclusão de um grande número de indivíduos da esfera pública de decisões e da vida política. Tal cenário dificulta o pleno desenvolvimento democrático. Vale ressaltar que uma esfera pública que seja politicamente ativa serve como mecanismo de aut mediação da sociedade civil de modo a forçar o estado a agir conforme as suas necessidades (HABERMAS, 2014).

Castells (2002) complementa ao afirmar que os sistemas políticos enfrentam uma crise estrutural de legitimidade sem tamanho, se afastando cada vez mais dos cidadãos. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais são fragmentados e efêmeros.

Nesse mundo de intensos fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca por uma identidade coletiva ou individual é a fonte básica do significado social. Apenas quando os sujeitos políticos forem capazes de superar a cultura de negação do outro, reconhecendo-o, haverá evolução histórica. Nesse sentido, a educação tem papel primordial tanto na formação da razão e da capacidade de ação racional, como o desenvolvimento da criatividade pessoal e

do reconhecimento do outro como sujeito (CASTELLS, 2002; CALDERON apud MAIA; 2006; TOURAINE, 1996).

Como vimos com Bourdieu (2010), o capital cultural institucionalizado é elemento de poder e está em disputa no jogo político, assim como o conhecimento do mundo social e das categorias que o tornam possível, pois têm capacidade de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo.

Por isso, Freitas e Lima & Lima (2015) enfatizam a importância fundamental da educação política para desenvolver o processo participativo. E Bordenave (1994) destaca que a microparticipação, na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, serviriam de aprendizagem e de caminho para uma macroparticipação numa sociedade sem setores ou pessoas marginalizadas. Para o autor, caberia aos sistemas educativos, formais ou informais, “desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida na participação”.

4. Metodologia

A presente pesquisa pretende investigar quais as implicações sociais, políticas e culturais do projeto Onda, ativo desde 2009, tanto no ambiente escolar, quanto na vida dos jovens que participam da iniciativa. Dessa forma, foi escolhido o estudo de caso como metodologia de pesquisa, uma vez que será explorado um fenômeno contemporâneo, cujos comportamentos relevantes não podem ser manipulados (YIN, 2001).

Utilizei a pesquisa qualitativa, com uso de técnicas etnográficas - imersão, observação, registro - com a produção de quatro diários de campo a partir de visitas a formações e atividades do projeto entre julho e setembro de 2022. "Estos métodos subrayan la inmersión del investigador en un determinado entorno de investigación y el esfuerzo por descubrir el significado y la significación de los fenómenos sociales para las personas que experimentan esos entornos" (RAGIN, 2007, p. 159). Nessas visitas de imersão foram realizadas, ainda, entrevistas semiestruturadas para entender os significados atribuídos ao projeto por responsáveis, participantes, ex-participantes, direção e docentes da escola nas qual o Onda está inserido.

O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca dos significados dos dados (CRESWELL, 2010, p. 26).

O primeiro passo foi realizar revisão bibliográfica dos conceitos importantes para a pesquisa. O objetivo era mostrar o que já foi produzido acerca dos conceitos principais da pesquisa, fomentar o diálogo com outras autoras e autores e estabelecer a importância da presente investigação no campo de públicas (CRESWELL, 2010). Uma vez que estamos considerando o projeto estudado como uma inovação democrática, esse é o conceito mais evidente a ser explorado. No entanto, outros conceitos também precisam ser analisados para melhor entendimento dos objetivos da pesquisa. São eles: democracia, participação, deliberação e inclusão, além de políticas públicas e ação pública. Também foi realizada uma análise da formação do sujeito político dentro deste contexto. Os conceitos conversam entre si e ajudam a entender a importância das inovações democráticas para o ideal democrático e para o processo de políticas públicas. Permitem, ainda, situar melhor o papel das organizações da sociedade civil na ação pública, uma vez que o Onda é um projeto tocado por uma instituição dessa

natureza. Por fim, facilitam a compreensão sobre os instrumentos simbólicos adquiridos pelas pessoas que participam do projeto.

O segundo passo foi mapear, com ajuda do portal Lattino e das redes sociais, iniciativas democráticas cujas características se encaixavam dentro do conceito de inovação democrática, para comparar com o projeto a ser estudado, o projeto Onda.

Para entender melhor o funcionamento do projeto e adentrar mais em seu ambiente, o terceiro passo foi uma pesquisa exploratória com as duas profissionais da assessoria política do Inesc responsáveis pelo projeto, feita em julho de 2022, por meio de roteiro semiestruturado, de modo a manter o foco nas questões estruturantes da iniciativa, sem engessar demais a conversa. Foram utilizados, também, materiais e documentos produzidos sobre o projeto, com o intuito de entender melhor o funcionamento, seus principais dados e resultados já coletados até hoje.

Em seguida, acompanhei as formações do projeto com crianças e adolescentes participantes, resultando na produção de quatro diários de campo, visando entender melhor as dinâmicas e relações entre jovens, escola e o Inesc. Foram dois dias de acompanhamento, de aproximadamente seis horas cada um. A primeira visita, realizada em agosto de 2022, foi no Centro de Ensino Fundamental (CEF) Dra. Zilda Arns, no Paranoá, cidade satélite do DF. Na ocasião, pude presenciar as formações em duas turmas, uma no período na manhã, outra no período da tarde. As turmas são compostas de mais ou menos 30 estudantes, que estão no contraturno escolar do regime integral. A primeira turma era composta de estudantes entre 9 e 12 anos, a outra turma variava entre 14 e 17 anos. Havia três educadores acompanhando as turmas.

A segunda visita, realizada em setembro de 2022, foi em uma atividade do projeto chamada Cinema e Política. A atividade consiste em passar obras audiovisuais para participantes com assuntos como racismo, bullying, homofobia, entre outros, para que possam trabalhar as temáticas em grupos e depois apresentá-las de maneira artística – com poesia, dança, música, etc. - para o grupo todo. Dessa atividade participaram cerca de 65 estudantes de 12 a 17 anos. E dez responsáveis entre educadoras, educadores, monitoras e monitores.

Durante essas visitas foram feitas, também, entrevistas semiestruturadas com participantes do Onda, tanto o que se destacam, como o que não se destacam no projeto. Como o projeto, atualmente, possui dois grupos – um grupo do CEF Dra. Zilda Arns e um grupo de estudantes de diversas escolas que se encontram no Inesc – foram selecionados cinco alunos, dois de cada grupo e um que participa dos dois, para a conversa. Essas entrevistas visam

investigar os bens imateriais que adquirem crianças e adolescentes participantes e entender como o projeto Onda é avaliado pelos públicos atingidos por ele.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a vice-diretora do CEF Dra. Zilda Arns, de forma presencial, gravada e transcrita, e um professor da escola, de forma online, gravada e transcrita. O intuito era analisar os efeitos diretos e indiretos do projeto para o fortalecimento da democracia dentro das escolas.

Houve, ainda, entrevista com uma funcionária da Secretaria de Educação do DF (SEEDF), responsável pela área de Atenção à Socioeducação. Apesar de o Onda não estar atuando na socioeducação em 2022, já atuou em anos anteriores e ela é executora do acordo de cooperação técnica entre a SEEDF e o Inesc. Essa entrevista, por conta de percalços e problemas de agenda, foi realizada por meio de aplicativo de mensagens: enviei as perguntas e ela me respondeu por mensagens de áudio.

Por fim, escolhi dois ex-participantes do projeto com trajetórias de destaque na militância, na política ou na liderança comunitária com o intuito de observar de maneira aprofundada essas trajetórias. Essas entrevistas foram realizadas de forma online, gravadas e transcritas.

Ao todo foram dez entrevistas, alguns feitas online e gravadas, outras feitas presencialmente na escola e gravadas no gravador de voz do celular, todas transcritas. Por fim, uma com uma funcionária da SEEDF, feita por aplicativo de mensagens. Abaixo o perfil das pessoas entrevistadas:

- Ex-participante, 23 anos, formado em Gestão Pública
- Ex-participante, 27 anos, formado em Serviço Social
- Vice-diretora do CEF Dra, Zilda Arns
- Professor de História CEF Dra. Zilda Arns
- Participante, 13 anos, estudante do 8º ano do CEF Dra. Zilda Arns
- Participante, 16 anos, estudante do 9º ano do CEF Dra. Zilda Arns
- Participante, 15 anos, estudante do 1º ano do Ensino Médio no Centro Educacional 01 (CED 01) do Paranoá, turma Zilda Arns e Inesc
- Participante, 17 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio no Centro Educacional 01 (CED 01) do Itapoã, turma Inesc
- Participante, 18 anos, finalizou Ensino Médio, turma Inesc

- Funcionária da SEEDF, executora do acordo de cooperação técnica entre Inesc e SEEDF.

Todas as entrevistas em conjunto, assim como a pesquisa exploratória, ajudaram a identificar quais as inovações o Onda traz para a participação política de crianças e adolescentes participantes e ex-participantes.

5. Resultados e discussão

Início o capítulo detalhando um pouco mais o projeto Onda e como ele se insere dentro do trabalho do Inesc. Depois divido os resultados das entrevistas por objetivos específicos.

5.1. O Inesc

Como ressaltado no capítulo 2, o Inesc passou a trabalhar com orçamento público por meio de uma metodologia própria, chamada Orçamento e Direitos.

5.1.1. Metodologia Orçamento e Direitos

A própria publicação da metodologia a define como "inovadora e pautada pelas principais demandas sociais para acompanhar e analisar o processo orçamentário" (INESC, 2017). Dentro da linha do tempo disponível da página da instituição, encontro uma fala importante do codiretor da instituição, José Antônio Moroni:

O maior marco do nosso trabalho nessa área foi justamente colocar na agenda política da sociedade a discussão sobre o orçamento. Me lembro que quando o Inesc começou a trabalhar o orçamento muitas organizações achavam um absurdo. Diziam que o Inesc estava saindo da área do debate público para uma questão técnica. O orçamento era uma coisa técnica que ninguém entendia, apenas números. Eu acho que a função do Inesc, em um processo que depois agregou outras instituições, foi colocar para a sociedade que o orçamento é uma questão política, e não técnica. (José Antônio Moroni, do colegiado do Inesc, em entrevista concedida em 15 de agosto de 2011) (ibidem).

A Metodologia Orçamento & Direitos foi sendo contruída nessas últimas três décadas, de maneira incremental, entendendo onde e quando estas pessoas poderiam se apropriar e utilizá-las em seu cotidiano. Primeiro, mostrando que o orçamento não era um emaranhado de números, mas refletia escolhas políticas, intenções dos governos de promover, ou não, os direitos, assim como o grau de democracia. Ou seja, demonstrando que o orçamento é instrumento político e que a população tem direito de participar de sua elaboração, execução e avaliação. Depois, a instituição passou a lutar pela transparência e acesso universal aos dados orçamentários. A intenção do Inesc "em sistematizar a metodologia Orçamento & Direitos é no sentido de ser um instrumento de resistência e, ao mesmo tempo, de debate para superar modelos nada democráticos da gestão dos recursos públicos" (ibidem).

Com o tempo, a análise foi se refinando, passando de um olhar quantitativo, de valores, para um olhar qualitativo, interpretando os desenhos das políticas e suas concepções. Ao mesmo tempo, foi sendo contruída estratégia para fortalecer as pessoas no debate da aplicação dos recursos com os orçamentos temáticos. O primeiro deles foi, justamente, o Orçamento Temático Crianças e Adolescentes.

5.1.2. O projeto Onda

Até então, a atuação da organização estava centrada na incidência junto ao poder público e na articulação com outras organizações. Desde que iniciou os trabalhos com o Orçamento Temático da Criança e do Adolescente, a organização percebeu a importância de analisar o orçamento por outros ângulos, mas entendendo que só valeria a pena o esforço se ele fosse compartilhado com mulheres e homens, crianças, adolescentes, jovens e organizações em suas lutas diárias. As formações, como as do projeto Onda, surgem neste momento, fruto da articulação das diversas iniciativas do Inesc na área de criança e adolescente.

Os primeiros lampejos que vieram a dar origem ao projeto surgiram em 2003, em uma iniciativa junto à União Europeia para trabalhar uma metodologia que unisse orçamento público e direitos humanos. Era a oportunidade de juntar todo o conhecimento do Inesc na articulação das temáticas, aplicá-lo em análises de políticas públicas e concretizá-lo em uma experiência concreta junto à rede pública de educação (INESC, 2013). O projeto, que ainda não se chamava Onda, foi imediatamente apropriado por adolescentes que dele participaram e a metodologia foi construída coletivamente.

Não existem registros de quantas pessoas já participaram do Onda desde então, mas estima-se que mais de 1000 crianças e adolescentes da periferia do Distrito Federal e Goiás. Nessa trajetória, diversos prêmios foram conquistados: Itaú-Unicef nacional e regional; Fundação Banco do Brasil, que classificou a revista *Descolados*, feita por adolescentes do projeto, como tecnologia social; Bienal Internacional de Rádio, com um programa também feito por participantes do Onda; prêmios da Câmara Legislativa do DF (CLDF) pelo trabalho com a infância e a juventude no DF; entre outros. Além disso, jovens do projeto já participaram de diversas audiências públicas distritais e nacionais, além de importantes incidências conquistadas pelas crianças e adolescentes. No entanto, os registros dessas premiações e conversas públicas também estão dispersas e não são fáceis de identificar.

Desde a criação, o objetivo do Onda é possibilitar que crianças e adolescentes se envolvam em discussões sobre direitos e cidadania, observando como se relacionam com o

orçamento público. "A ideia é fortalecer a capacidade de atuação de jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas destinadas a esse público" (INESC, 2013, p. 21). A iniciativa parte do pressuposto de que a participação só é efetiva quando criança e adolescente conhecem seus direitos e se percebem capazes de conquistar novos direitos (INESC, 2013).

O projeto Onda está ancorado em quatro princípios básicos: direitos humanos, educação popular, arte-educação e educomunicação (INESC, 2022c). Os direitos humanos são entendidos, dentro do Onda, como "força motriz de transformação social e resistência" (INESC, 2022c, p. 27), uma pactuação social, comunicatória e política que assegure a todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção, o direito de viver com dignidade, cuidados e afeto. Ressaltam, ainda, que os direitos humanos surgiram por meio de muita luta social e precisam ser lembrados e defendidos cotidianamente. Além disso, enfatizam a importância de todos os direitos caminharem juntos e chegarem de maneira íntegra a todas as pessoas, destacando os conceitos de interdependência e de universalidade (ibidem).

A educação popular é entendida como transformadora e emancipatória. Ela acontece no diálogo, na reciprocidade e na não-hierarquia dos saberes conforme relações de poder. "Seu caráter pedagógico considera essencialmente a participação. É aquela em que todos os sujeitos envolvidos são importantes na construção de um olhar crítico e libertador pela superação das opressões sociais " (ibidem, p. 29).

A arte-educação é vista sob o prisma de que o conhecimento não é formado só por palavras ou com uma linguagem objetiva, até porque a realidade não pode ser representada por conceitos intelectuais-rationais-científicos. Ela exige experiência, memória e afetos (ibidem). A educomunicação é a convergência entre a educação e a comunicação. Consiste na utilização da mídia e suas linguagens como elo para processos educativos democráticos (ibidem).

Pelas leituras feitas e experiência adquirida por mim em mais de cinco anos no Inesc, percebe-se que o projeto Onda conquistou, nesses 13 anos, um papel importante para a educação de crianças e jovens do DF, ainda que sua atuação seja limitada. Pode, portanto, apresentar inovações importantes para o processo democrático, para a ação e para a participação pública.

Os documentos e publicações analisados mostram que o Onda já teve diversos formatos de funcionamento. Muitas vezes, essas formas são estabelecidas a partir do financiamento do projeto em determinado período. Para entender melhor como o Onda funciona atualmente, realizei uma conversa exploratória com a assessora técnica e a assessora política do Inesc, responsáveis pela iniciativa.

5.1.2.1. A equipe

Ambas as assessoras concordam que a equipe, hoje, é grande se comparada a anos anteriores, porém ainda insuficiente para tudo o que o projeto se propõe a fazer. Até setembro de 2022, era composta por:

- Uma assessora política, arte-educadora, mestre em educação, à frente do projeto há 12 anos, mas que participa como colaboradora desde 2003;
- Uma psicóloga, que já foi adolescente do projeto, trabalhando no Onda há cerca de oito anos, primeiro como estagiária, depois como educadora e agora assessora técnica;
- Uma educadora popular, pedagoga, há três anos no Onda;
- Um educador popular, graduando em Serviço Social, há quatro anos no Onda;
- Um educador há dois anos, que já foi adolescente do projeto e estagiário, graduado em Serviço Social; e
- Um estagiário que também já foi adolescente do projeto, estudante de Gestão Pública.

Além da equipe fixa, alguns contratos de consultoria específicos são feitos. Por exemplo, se participantes quiserem fazer um programa de rádio, pode-se contratar consultoria nessa área para orientação.

Até 2014 só havia uma das assessoras trabalhando no projeto. Assim, o acompanhamento com participantes era bem diferente; havia muito menos espaço para escuta, para acolhimento, pois o projeto precisava ser entregue como combinado com os financiadores e só havia uma pessoa para dar conta de tudo.

Desde 2016, por conta de novo projeto fechado com a organização alemã Kinder Not Hilfe (KNH), o número de escolas atendidas diminuiu e a equipe aumentou para permitir acompanhamento mais próximo e constante a um número maior de crianças e adolescentes. A meta nos próximos cinco anos é acompanhar cerca de 150 jovens.

Apesar de uma equipe maior e menos escolas, a preparação das formações e atividades demanda tempo e planejamento constante, além de avaliação, logística, entre outros. Apenas uma das assessoras tem dedicação exclusiva ao projeto Onda. A outra, assim como os educadores, precisam se dividir entre outras iniciativas do Inesc. Dessa maneira, as assessoras acreditam que o número de integrantes ainda não é suficiente. Mas hoje a equipe consegue

prestar mais atenção em questões que não eram percebidas quando não havia outras pessoas, como o sofrimento e outras necessidades de participantes.

5.1.2.2. A dinâmica

Atualmente existem dois grupos participantes do projeto. Um grupo de alunos do Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns (CEF Zilda Arns), na cidade satélite de Itapoã, cujas formações acontecem todas as terças-feiras, durante o dia inteiro, no contraturno das turmas. É um grupo mais antigo no projeto, formado por adolescentes de outras escolas em que o Onda já atuou, mas precisou se retirar, ou que entraram durante a pandemia da Covid-19 e quiseram continuar com as atividades. Esse grupo se encontra uma vez por mês, aos sábados, na sede do Inesc.

Com o primeiro grupo, a ideia é traçar um caminho com participantes que estão no projeto. No início de 2022, as formações eram focadas em direitos humanos, sistema de garantia de direitos e na construção dos projetos de vida de quem participa. Os projetos de vida traçam os sonhos e desejos de participantes para os próximos cinco anos e a equipe do Onda fará o acompanhamento para auxiliar no alcance de alguns desses sonhos. No segundo semestre, as temáticas exploradas foram territórios, gênero, raça e sexualidade. Os debates sobre orçamento público serão explorados em 2023 por serem mais complexos e demandarem mais tempo de trabalho. Nesta etapa, haverá a formação de um comitê de monitoramento do orçamento das políticas voltadas às crianças e aos adolescentes no DF.

Além das formações e acompanhamento dos projetos de vida, estão previstos o Dia de Brincar⁵, um dia em que crianças e adolescentes se dedicam a brincar, deixando de pensar nos desafios que enfrentam no dia a dia; o Cinema e Política, envolvendo professores e a comunidade escolar para discutir, por meio do cinema, assuntos em torno da infância e da juventude; além de gincanas na escola que abordem os temas debatidos nas formações.

Para este grupo, também há previsão de atividades com as famílias e docentes. Com professoras e professores, a ideia é fazer uma sensibilização sobre a importância de olhar a adolescência a partir da diversidade e multiplicidade, entendendo elas e eles dentro de contextos e vivências únicas e particulares, a forma de serem no mundo, no desenvolvimento, no acesso a direitos, entre outros. Sensibilizar para que a educação seja pensada a partir dessas diversidades: como acolher meninas e meninos com toda a sua diversidade dentro de uma sala de aula? Além disso, dar continuidade a atividades coletivas entre estudantes, docentes e

famílias, como gincanas, encontros e a criação de um comitê de monitoramento das violências que acontecem na escola formado por esse público.

Já com as famílias pretende-se fazer um cineclube com três encontros no ano, a cada três meses, para falar também sobre a diversidade na adolescência. O primeiro ano fala sobre adolescência, entrando, inclusive, nas lembranças das adolescências das famílias. No ano seguinte, o tema pode ser racismo, depois gênero, sexualidade, entre outros. A ideia é fazer articulações coletivas entre estudantes, escola e famílias para pensarem incidências voltadas aos direitos humanos na escola e na cidade em que vivem.

Do segundo grupo participam adolescentes que já estão a mais tempo no projeto, que já passaram pelos processos formativos, seja nas suas escolas, quando o projeto atuava nela, seja virtualmente, na época da pandemia. Os encontros são, portanto, diferentes. Como 2022 foi ano eleitoral, o período foi dedicado a falar de eleições: como funciona o processo eleitoral e de decisão política, a importância de eleger candidaturas que dialoguem com a pauta da infância e da adolescência, entre outros. No segundo semestre, fizeram análise dos projetos políticos a partir do filtro de quem estava e como estava discutindo a infância e a adolescência, de candidaturas ao governo do DF, à presidência da república e ao Congresso Nacional.

Hoje, o Onda, por meio do Inesc, possui um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Educação do DF (SEEDF), no qual o projeto oferece o trabalho com crianças e adolescentes e a equipe para executar e, em contrapartida, recebe o apoio da escola, de docentes e de estudantes. Não há recursos envolvidos. A executora do acordo acompanha algumas formações e faz relatórios mensais para a SEEDF.

Vale ressaltar que o projeto, quando havia apenas uma pessoa na equipe, funcionava de maneira bem diferente. Realizavam-se oficinas em diferentes escolas e a cada período trocava-se de escola. As formações abordavam temas como participação política, democracia e poder; depois trabalhavam com pesquisa e participantes podiam decidir o que gostariam de pesquisar em suas comunidades e saíam a campo. Por fim, havia uma formação em comunicação para que pudessem transformar o resultado da pesquisa em algum produto utilizando as várias linguagens da mídia. No encerramento do ano, o projeto fazia um fechamento com participantes em atividades coletivas que podiam ser rodas de conversa, cinema, conversa com a gestão pública, entre outras. Essa dinâmica foi aplicada em escolas nas cidades satélites do Gama, Guará, Estrutural, Planaltina, Taguatinga, Lago Oeste, Ceilândia, além de escolas na Asa Norte e na Asa Sul, Plano Piloto. Em 2010, o projeto também chegou, com adaptações necessárias, a unidades de internação do socioeducativo do DF. Em 2012, se expandiu para o estado de Goiás,

no Vale do Amanhecer, no Quilombo Mesquita e na comunidade ribeirinha São Bartolomeu (INESC, 2013).

5.1.2.3. Participantes

Como explicado no título 3.2, não existe uma sistematização de perfil e de quantas crianças e adolescentes participaram do Onda desde sua instituição, em 2003. Por isso, opto por fazer o perfil de participantes em 2022. Os dados aqui descritos foram fornecidos pelo Inesc a partir da ficha de inscrição.

Até julho de 2022, o Inesc registrou 145 crianças e adolescentes no projeto.

Tabela 1. Participantes do projeto Onda divididos por gênero

Gênero	%
Feminino	61%
Masculino	39%

Fonte: Inesc
Elaboração própria

Tabela 2. Participantes do projeto Onda divididos por raça

Raça	%
Parda	50%
Preta	38%
Branca	11%
Indígena	1%

Fonte: Inesc
Elaboração própria

Tabela 3. Participantes do projeto Onda divididos por orientação sexual

Orientação Sexual	%
Heterossexual	61%
Bissexual	19%
Pansexual	2%
Não sabe ou não quis responder	19%

Fonte: Inesc
Elaboração própria

Tabela 4. Participantes do projeto Onda divididos por idade

Idade	%
11 anos	19%
12 anos	22%
13 anos	28%

14 anos	21%
15 anos	3%
16 anos	5%
17 anos	2%

Fonte: Inesc
Elaboração própria

Todas as pessoas que participam do projeto vivem em cidades satélites de Brasília, nenhuma no Plano Piloto. A maior incidência é Paranoá e Itapõa por conta da proximidade com o CEF Zilda Arns.

5.1.2.4. Conquistas e desafios

As assessoras concordam que, atualmente, existem poucas dificuldades com o projeto do CEF Zilda Arns, são bem acolhidos. No geral, giram em torno de logística: salas não disponíveis, lanches, etc. No passado, tiveram dificuldades com outras instituições que não abraçavam, nem integravam o projeto como parte das atividades escolares. O Onda tinha permissão para acontecer na escola, não havia tentativa de acabar com ele, mas também não havia nenhuma ajuda. Quando uma delas foi militarizada, começou a surgir problema de falta de espaço para o projeto acontecer. Mas a maior dificuldade com a militarização foi mesmo com o acolhimento de adolescentes que durante o turno escolar tinham regras de comportamento e vestimenta a seguir e no contraturno, para o projeto, não precisavam segui-las. Isso dava problema com a direção da escola.

Uma dificuldade clássica destacada pelas entrevistadas é o fato de participantes do projeto, depois de um tempo, passarem a questionar muito as escolas. Algumas aceitam, escutam, acolhem. Mas muitas não gostam e isso passa a ser um problema para o Onda.

A grande conquista, segundo as assessoras, é quando crianças e adolescentes do projeto se percebem como sujeitos de direitos, entendem que possuem esses direitos e podem cobrá-los. Eles passam a se sentir parte da escola, entender que ela também é deles. Passam, inclusive, a incidir lá dentro, vendo a escola de um outro lugar. Isso também contribui para quererem estudar mais. Muitos na trajetória do Onda entraram em universidades ou institutos federais. Essas pessoas passam a entender que são capazes: que é difícil, mas é possível. Conseguem ver mais formas de conquistar esses direitos.

Uma das assessoras conta que se espanta ao ver como muita gente sai do projeto com uma visão muito orientada aos direitos humanos e a garantia desses direitos. Não só pessoas que seguem carreiras acadêmicas e intelectuais: ela já chegou em uma oficina mecânica e um

dos profissionais se identificou como ex-participante, contando como participar do projeto mudou a vida e a visão que ele tinha do mundo. Para a assessora, quando meninas e meninos se comprometem, por exemplo, a escrever para uma revista, se apropriam do conteúdo e acabam ajudando outras crianças e adolescentes a se apropriarem também.

Outro ponto importante ressaltado é que, muitas vezes, os temas levantados elevam muito a autoestima de participantes ao se perceberem como pessoas negras e periféricas com uma cultura, uma história importante e bonita que precisam ser valorizadas. No início, muitas e muitos não se entendem como pessoas negras e reproduzem racismo com colegas. Mas no decorrer do processo passam a ter muito mais cuidado, muito mais auto respeito e respeito nos diálogos: passam a se sentirem bonitas e bonitos e se afirmarem como pessoas negras. Nesse sentido, uma das assessoras lembrou da mãe de um ex-participante quando viu o filho falando no microfone em uma audiência pública e se espantou: esse é meu filho? Segundo a mulher, o garoto era tímido e mal falava, de repente estava discursando com grande propriedade na Câmara Legislativa do DF (CLDF).

Por fim, destacam também a importância do Onda para o processo pedagógico da escola, com produtos do projeto, como a revista *Descolados*, sendo usados em formações para docentes, em provas de escola, entre outros.

5.2. Objetivos

Como desenvolvido na introdução, o principal objetivo do trabalho foi investigar as implicações subjetivas indiretas do projeto Onda no processo de formação para o exercício da cidadania de participantes e ex-participantes, considerando a iniciativa uma inovação democrática brasileira.

Como implicações subjetivas indiretas considero, aqui, os elementos cognitivos, socioeconômicos e culturais desenvolvidos no projeto. Ou seja, o capital simbólico, cultural e social de participantes do Onda.

Levando em conta que as inovações democráticas são iniciativas que estimulam a participação popular e o aprofundamento da democracia, é essencial entendermos em que medida o projeto Onda incentiva seus participantes a participarem politicamente. Os objetivos específicos nos ajudam a formular essa análise.

O primeiro objetivo específico é **identificar quais inovações o Onda traz para a participação popular**. Todas as pessoas entrevistadas entendem o Onda como um projeto inovador. As razões mais citadas para este entendimento são: levar a discussão política, de direitos humanos e de direitos das crianças e adolescentes para o contexto da escola, além de ser um diálogo direto de participantes com pessoas do poder público e da política.

Observa-se, aqui, que as principais inovações percebidas estimulam o entendimento, por parte das crianças e adolescentes, em relação a seus direitos, além de colocar eles de frente com agentes do poder público dispostos a ouvi-los de igual para igual. São inovações relevantes quando pensamos na importância da educação política para o processo participativo, assim como do estímulo à microparticipação como caminho educativo à macroparticipação (FREITAS, LIMA & LIMA, 2015; BORDENAVE, 1994).

Outras inovações percebidas reforçam esses pontos: usar uma metodologia que utiliza arte e cultura para ensinar direitos e políticas públicas; criar autonomia em participantes e formá-los como sujeitos críticos; plantar a semente dos direitos em adolescentes, fazendo com que consigam reivindicar melhor; ser um espaço onde se reúnem só para pensar, diferente de outros espaços escolares; propiciar diálogo horizontal com adolescentes.

O que eu vejo de proposta inovadora no projeto Onda é principalmente a iniciativa mesmo de se importar, de se envolver com essas questões sociais tão latentes, principalmente em comunidades onde há essa vulnerabilidade maior. Eu acho que, por meio de situações problema, ali do dia a dia, onde focam na participação política desses estudantes, tanto nas decisões quanto na proposição de ações, eu vejo como uma forma, talvez única, de promover uma cidadania ativa, um exercício cidadão real para essas comunidades.
Funcionária da SEEDF.

É uma coisa diferente, né? De repente você chegar em uma escola pública de uma comunidade carente do DF e começar a falar sobre direitos humanos, começar a falar sobre estatuto da criança adolescente, só que de uma forma boa, de um jeito bom. Começar a entrar dentro dessas escolas e começar a conversar sobre esses assuntos e sistemas junto com os estudantes, questões que normalmente não seriam conversadas dentro de sala de aula.
Ex-participante, 23 anos, formado em Gestão Pública

Fizemos teatro também, música, tudo envolvendo direito, sabe? Eles usam a metodologia da arte e da cultura para a gente ir aprendendo os nossos direitos. Então assim, é uma metodologia inovadora e maravilhosa. Eu aprendi sobre o ECA, assim: fazendo peça, fazendo música, fazendo karaokê, fazendo paródia. O Onda traz muito essa diversão pra gente. Porque não é fácil você ensinar sobre direitos para crianças adolescentes, né? Então eles trazem a brincadeira, trazem a alegria para que a gente consiga absorver toda essa ideia, toda essa loucura que são direitos e políticas públicas.
Participante, 17 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio, turma Inesc

O segundo objetivo é **analisar os efeitos diretos e indiretos do projeto para o fortalecimento da democracia dentro das escolas públicas do DF.**

De todas as entrevistas feitas, os ex-participantes foram os que conseguiram fazer uma análise melhor sobre a influência do Onda no comportamento democrático deles dentro das escolas. Ambos disseram que passaram a participar mais das decisões coletivas, grêmios, etc., após participarem das formações do projeto. Ponto esse que mais uma vez reforça a importância da microparticipação citada por Bordenave (1994).

Um dos participantes disse que não gosta de nenhuma das atividades da escola, nem das aulas, vive fora de sala, só gosta das atividades do Onda. Outro disse que sempre teve interesse pessoal na área política, mas acredita que começou a participar mais após ter contato com os debates que o projeto proporciona. Um terceiro participante relatou que entrou no Onda ao mesmo tempo em que entrou no Ensino Fundamental, então, para ele, esses marcos de quando começou a participar se confundem. Mas hoje ele é do Grêmio e entende que foi o projeto que o estimulou a entrar nesse coletivo.

O professor de História acha que o projeto estimula participantes a quererem entrar nos debates políticos que acontecem, mas enxerga um limite forte nessa participação: eles ainda reproduzem muitas coisas que escutam em casa, dos familiares, amigos, entre outros que, muitas vezes, vão de encontro com o que o projeto Onda busca transmitir. A fala do professor mostra como o capital cultural incorporado tem importância no processo de formação do sujeito político e ainda se destaca na hora que esses sujeitos vão entrar em debates públicos. As ferramentas de percepção e expressão do mundo social disponíveis ainda são as da família e grupos próximos de pessoas (BOURDIEU, 2010).

A vice-diretora do CEF Dra. Zilda Arns afirmou que não consegue avaliar ainda se os alunos do Onda participam mais democraticamente porque a escola não tem Grêmio. Mas que está nos planos abrir campanha e eleição para o Grêmio ainda em 2022 e ela gostaria muito de contar com a ajuda do projeto. Também acrescentou que entende que alunos do projeto participam mais das atividades da escola, contestam mais e se sentem mais pertencentes à instituição escolar. Esse ponto é reforçado pelo professor, que entende que estudantes do Onda se empoderam mais para fazer exigências e participar das atividades da escola, se sentindo mais parte daquele ambiente.

Essas duas falas corroboram, também, com alguns apontamentos colocados pelos ex-participantes durante as entrevistas sobre a importância do Onda para se sentirem mais

pertencentes aos seus territórios, seu chão, às pessoas próximas a eles, entre outros. A escola faz parte desse território.

O Onda promove, sim, a participação democrática. Pois ele propicia, por meio das suas atividades, das suas ações, a participação desses estudantes, tanto nas ações, quanto na proposição de projeto de leis. E também no acompanhamento das políticas públicas, principalmente as políticas voltadas para a sua comunidade. **Funcionária da SEEDF**

Se não fosse algumas coisas que eu aprendi com o Onda provavelmente agora eu estaria em casa descansando. Eu não estaria fazendo tanta coisa para melhorar a minha vida, tipo luta, curso, o próprio Onda em geral. Até meu aprendizado melhorou por causa do acesso a direitos humanos. **Participante, 15 anos, estudante do 1º ano do Ensino Médio no CED 01 do Paranoá**

O que que é direito? Acho que é o Onda me fez perceber que tudo é direito, tudo é política pública, sabe? E também fez sair da minha cabeça que só adulto pode falar sobre política, só adulto pode falar sobre política pública, só adulto pode falar sobre direitos de crianças e adolescentes. Então mudou essa minha visão de que eu posso falar sobre os meus direitos, eu posso falar sobre que eu passo no meu dia a dia, porque não tem ninguém melhor, ninguém mais eficaz para falar sobre a minha realidade. O Onda traz esse protagonismo. **Participante, 17 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio, turma Inesc**

O terceiro objetivo é **investigar quais os bens imateriais (capital simbólico, cultural e social) que adquirem crianças e adolescentes que passam pelo projeto.**

Um dos ex-participantes ressalta que o Onda o fez mudar a maneira de se entender como jovem negro, desmistificar a ideia de que ser negro é ruim. E a forma de se entender, também, como pessoa LGBTQIA+. O outro ressaltou muito o fato de perceber que ele já era “alguém na vida”. Ele tinha muito essa ideia de precisar virar adulto e fazer coisas de adulto (faculdade, emprego etc) para ser alguém na vida e no Onda ele escutou: você já é. Um dos participantes também destacou essa ideia de se entender como adolescente capaz de fazer parte de grandes decisões, percebendo que não é preciso ser adulto para “ser gente”.

Observa-se, nos depoimentos, a construção do ator político de que trata Fleury (1997). O Onda possibilita o entendimento dos atores de maneira que o diferencie dos outros a partir de uma identidade simbólica e o possibilite se representar diante de si e dos outros.

As entrevistas também nos levam a perceber a constituição cidadã desses indivíduos que passam a se entender como agentes, capazes de transformar o meio que vivem (FLEURY, 1997). Por exemplo, na fala de algumas das pessoas que participam fica muito evidente a ideia de que, a partir das formações do Onda e do aprendizado sobre o que são direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes, elas e eles podem e devem lutar, mesmo ainda sendo jovens, pelo que é delas e deles, pelas necessidades da coletividade. Inclusive, é um ponto

central na entrevista do professor de História, que afirma muitas vezes o fato de o Onda gerar autonomia e protagonismo nas crianças e adolescentes que participam do projeto.

Algumas pessoas entrevistadas ressaltaram muito a auto percepção como pertencentes a um território, às demandas e necessidades de seus territórios e o seu papel para melhorar o ambiente em que vivem. Nesse sentido, Arocena (1995 apud FLEURY, 1997) destaca a importância da identidade coletiva expressada em valores e normas e interiorizadas pelos membros de um território para que ele se torne uma sociedade local. Fleury (1997) enxerga essa construção como essencial para uma cultura cívica dentro dos territórios.

Outro ponto importante é a formação do capital cultural institucionalizado a partir do que eles aprendem no projeto Onda. Ambos os ex-participantes afirmaram que escolheram seus cursos de graduação, Serviço Social e Gestão Pública, por conta do interesse despertado por política e direitos humanos nas formações do Onda. Um deles resalta que foi no Onda que ele descobriu o que um assistente social fazia e decidiu a profissão que gostaria de ter. Complementa que no projeto descobriu a vocação para ser educador, que é a função que ele exerce atualmente (no Onda, inclusive). Uma das participantes também afirmou que decidiu fazer jornalismo para trabalhar com política e que, paralelamente, quer ser educadora, por meio do que aprendeu no projeto.

Tão importante quanto a constituição do capital simbólico e cultural, é o fortalecimento das redes e a possibilidade de que esses atores se organizem. O capital social, como vimos, acontece quando as relações entre as pessoas se constituem de maneira a facilitar a ação. Nesse sentido, tanto participantes como ex-participantes ressaltaram muito a rede de contatos que o projeto proporciona fazer, pessoas que vão se desenvolvendo na militância e levando as mais jovens com junto.

Fleury (1997), por sua vez, defende a importância de movimentos sociais na formação sobre direitos e sobre ação coletiva. E alguns sujeitos que passam pelo Onda decidem trilhar esse caminho. Um dos ex-participantes diz que a partir do projeto foi ingressando em outros coletivos e movimentos sociais e fez parte da UJS - União da Juventude Socialista. O outro diz que, apesar de nunca ter ingressado em movimento social, está sempre envolvido em debates e articulações políticas. Ambos também foram de Grêmios Escolares. Um participante conta que foi apresentado por outro, mais velho, à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) após entrar para o Grêmios da sua escola. Já um segundo enfatiza muito como o projeto abre portas. Ele explica que, por meio dos contatos que fez no Onda, ele participa do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF) pelo

projeto e representa o DF no Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA). Importante ressaltar que esse mesmo participante afirma que se integrava muito pouco nas decisões democráticas da escola e entrou no projeto apenas pelo lanche.

A habilidade adquirida mais citada foi comunicação/aprender a falar em público/aprender a debater. Também falaram sobre a habilidade de escutar mais, de ser educador e de ter mais autonomia política, de produção artística, consciência política e conviver com as diferenças.

E as temáticas mais tocantes para elas e eles foram direitos e direitos das crianças e adolescentes, além de racismo e sexualidade: temas explorados de maneira mais profunda do que na escola, segundo as pessoas entrevistadas. Outras temáticas citadas foram a conscientização sobre o território e o entendimento do conceito de violência.

É uma coisa que eu sempre lembro. Eu acho que foi uma das frases que mais marcaram foi justamente essa ideia de que a gente sempre fala: eu tenho que passar na faculdade, eu tenho que trabalhar para ser alguém na vida, não é? Mas eu lembro claramente de me falarem assim: não, mas como assim? Se alguém na vida? Você já é alguém na vida! Isso foi um estalo: me entender como gente no Paranoá, na escola, nos lugares onde estava andando, onde estava acessando. **Ex-participante, 27 anos, formado em Serviço Social**

Isso, inclusive, é uma avaliação de professores meus na época, que eles falaram que depois que eu passei pelo projeto Onda, eu passei a falar mais na sala de aula, participar mais, a ter mais segurança de falar sobre os assuntos, principalmente nas aulas de Sociologia, de Geografia e História. **Ex-participante, 27 anos, formado em Serviço Social**

O Onda mudou a maneira de eu ver meu território, porque acho que na minha ideia sobre cultura eu tinha uma ideia muito distante. Pensava que cultura eram apenas coisas distantes de mim. **Ex-participante, 23 anos, formado em Gestão Pública**

Uma das principais coisas que eu mais aprendi com eles foi a ter opinião forte, não é? Defender muito minha opinião. Eu até perdi mais a timidez do que eu tinha, não era tão tímido, mas eu consegui perder mais com o projeto. Falar em voz alta para muita gente. **Participante, 15 anos, estudante do 1º ano do Ensino Médio no CED 01 do Paranoá**

Eu acho que o Onda mudou a minha visão para o mundo, sabe? Antes eu tinha um pensamento muito fechado sobre possibilidades, sobre onde eu poderia chegar. Por eu ser negro, por eu ser gay, por eu ser de periferia. E o Onda trouxe pra mim, com uma metodologia muito inovadora, uma visão melhor, de que eu consigo chegar onde eu quero e que existem possibilidades para que isso aconteça. Então, para mim, o Onda é muito importante nas vidas das crianças e dos adolescentes para mostrar que a gente tem muito mais do que só o que a televisão nos mostra, o que os políticos mostram. Que se você é preto e favelado, você só tem que meter bala, morrer ou viver no tráfico. **Participante, 17 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio do CED 01 do Itapõa, turma Inesc**

Por fim, o último objetivo é **realizar análise da percepção dos ex-participantes sobre sua trajetória como sujeitos políticos**. Nesse objetivo, busco traçar um paralelo do que foi analisado no tópico 3.3 do referencial teórico com as falas dos ex-participantes.

Primeiro, observa-se em ambos a construção de uma identidade coletiva, a partir do projeto Onda, que os incentiva a ação, a tentativa de mudar o ambiente em que vivem. Ambos destacam a importância das redes formadas no Onda, que os levaram a movimentos sociais, coletivos, entre outros, locais que os permitiram aprofundar ainda mais os conhecimentos adquiridos no projeto. O projeto também tem papel importante ao incentivá-los à incidência e propiciar a oportunidade de conversarem cara-a-cara com gestores públicos. Os participantes não só se organizam entre si, para realizar incidências, como essas redes acabam facilitando que tenham acesso a outros movimentos organizados.

Outro ponto de destaque é a importância do Onda na decisão acadêmica do ex-participantes pesquisados. Os contatos pessoais e saberes que adquirem a partir do projeto, influenciaram em suas decisões de estudo.

As trajetórias dos ex-participantes mostram que o estímulo à microparticipação pode sim levar à macroparticipação, mas não só. Também os leva a se auto-organizarem e formarem uma rede de incentivos para os outros que entram no projeto

Como o objetivo era aprofundar na trajetória de alguns casos de ex-participantes, faço um resumo do que os dois entrevistados me relataram.

Ex-participante, 23 anos, formado em Gestão Pública

O entrevistado entrou no projeto Onda em 2015, quando cursava o segundo ano do Ensino Médio. Ficou até 2020, mesmo após ter concluído a escola e, logo depois, passou a ser estagiário do projeto. Se formou em Gestão Pública em agosto de 2022.

Acredita que se não tivesse entrado no projeto a vida dele teria sido muito diferente. No projeto, passou a ter acesso, ainda na escola, à formação em direitos humanos e às discussões sobre o ECA. O estudante conta que sempre sentiu falta de espaços para discutir questões sociais e políticas, voltadas para a sua comunidade, dentro espaço escolar.

Dentro do projeto Onda, eu percebi que essas coisas que passavam pela minha cabeça não eram ideias soltas ou coisa nada a ver. Eram coisas que realmente eram pertinentes e realmente eram importantes. Que deveriam sim ser discutida e realmente deveriam ser pautadas. **Ex-participante, 23 anos, formado em Gestão Pública**

Além disso, a partir do projeto, ele começou a participar de outros grupos, outros coletivos, outras redes, onde passou a ter acesso a outras informações, conhecer outras pessoas, com outras histórias de vida, outras maneiras de ver o mundo. Para ele, o Onda foi uma ponte para alcançar e reconhecer novos espaços aos quais ele e sua comunidade deveriam ter acesso. O ex-participante cita, por exemplo, que foi bastante atuante na União da Juventude Socialista (UJS), que conheceu a partir dos contatos que fez no projeto. Também participou de muitas audiências públicas, visitou gabinetes de parlamentares, tanto pelo Onda como por outros espaços que passou a ocupar. Tudo isso influenciou muito suas escolhas de vida, inclusive na hora de decidir a profissão que gostaria de seguir.

O ex-participante conta, ainda que as atividades do projeto influenciaram na forma como ele via o território em que morava, o Paranoá, um dos mais antigos do DF, entendendo melhor a cultura local para além das manifestações artísticas e culturais, abrangendo também as formas, as maneiras de viver de sua comunidade. A partir disso e das redes que teve acesso, frequentando outros espaços, outras cidades do DF, percebeu a carência que esses locais têm de espaços culturais e de lazer. Assim, passou a frequentar mais os espaços existentes na sua e em outras comunidades e a reivindicar mais esse direito para os espaços periféricos.

Destaca, também, que antes do Onda ele participava de maneira mais passiva de alguns espaços democráticos da escola, como reuniões, discussões e votações do Grêmio. Mas a partir da sua entrada no projeto, passou a traçar também estratégias de mobilização de outras e outros estudantes para esses momentos e espaços.

Por fim, conta que o Onda influenciou muito a maneira de ele se entender como sujeito de direito, como um jovem negro, de periferia e LGBTQIA+. Nas rodas de conversa, passou a se entender melhor, a conhecer outras pessoas como ele, a se culpar menos.

Assim como eu, muitos jovens, adolescentes de periferia, têm aquela ideia do negro como uma coisa ruim. Muito porque nos é ensinado desde cedo que as pessoas negras são fruto de escravidão. E a gente passa a entender que não, que pessoas negras vieram de um território. Essas pessoas eram pessoas que tinham o seu direito à vida garantido, que viviam suas vidas e que elas é que foram violentadas. Elas foram escravizadas e não tiveram culpa. Então, a gente não tem que sentir essa vergonha. Quem tem que sentir são os povos que escravizaram esses povos, sabe?

[...]

Durante muito tempo eu senti culpa por isso [ser LGBTQIA+]. Tentei várias vezes virar hétero. Falava: meu sonho é virar hétero, essas coisas todas, sabe? Eu quero, eu preciso. Entender que eu não sou errado por isso, entender que essa é a minha natureza e que não adianta eu tentar me forçar a virar uma coisa que eu não sou. **Ex-participante, 23 anos, formado em Gestão Pública**

Ex-participante, 27 anos, formado em Serviço Social

O ex-participante tem 27 anos. Entrou no Onda no final de 2010, com 15 anos e permaneceu até 2016, já como jovem de 21 anos. Formado recentemente em Serviço Social pela Universidade de Brasília (Unb) e é consultor do Inesc, atuando como educador do projeto.

Ele entrou no Onda com a perspectiva de não ter algumas aulas da escola, assim como alguns colegas entravam por conta do lanche. Mas o que o fez ficar foi "um encantamento", o fato de o projeto estimular a conversa entre adolescentes o fez prestar atenção em algumas coisas que ele não via antes.

O meu primeiro interesse foi justamente perceber que eu sou um ser político, por exemplo, sabe? Na minha cabeça, antes, política, era uma coisa alheia a mim. Era uma coisa que não me envolvia, que eu não precisava falar. [...] Até entender que política é uma coisa inerente ao ser humano foi um rolê e foi no Onda que eu passei a entender isso.

[...]

Algo que eu lembro até hoje é que meu despertar para me sentir um sujeito de direitos foi entender o que era violência. E entender essa violência para além do ato físico e da violência letal. Entender a violência dentro dos contextos, dentro da desigualdade, dos olhares, dentro do sócio espacial. Eu acho que isso foi que me fez entender, olhar o mundo de outra forma mesmo. **Ex-participante, 27 anos, formado em Serviço Social**

O entrevistado destaca a relação afetiva que desenvolveu com o projeto, pois acredita que foi o local que mais ajudou na sua formação e nas suas escolhas de vida. A sua compreensão como jovem LGBTQIA+ também veio a partir das formações do Onda. Ele, inclusive, assumiu sua sexualidade aos 18 anos após participar de uma roda de conversa em que foram discutidos conceitos como homossexualidade, transexualidade, entre outros. Apesar de já ter desconstruído a ideia de que ser LGBTQIA+ era errado e estar na militância, foi nessa roda de conversas que entendeu que poderia se assumir para família, amigos, etc.

Completa, ainda, que passou a se inclinar para a área de direitos humanos e decidiu que gostaria de ser Assistente Social após outra roda de conversas no projeto, com uma profissional da área que trabalhava com população trans e de rua.

"O Onda impactou muito nessas, na minha visão de vida, visão política, na minha visão sócio histórica e ambiental mesmo", afirma. O jovem explica que, morador do Paranoá, não tinha muito apego ao seu território, sempre quis ir embora dali. Mas a partir do projeto passou a valorizar mais sua comunidade, seu chão.

O Onda surgiu para mim como uma oportunidade e me fez entender, por exemplo, que até a minha entrada na universidade carrega um histórico que é esse chão do Paranoá. O que me fazia refletir, era isso, querer muito que a galera, que meus vizinhos que cresceram comigo, tivessem lá comigo também, sabe? Mas eles não tiveram essa oportunidade que eu tive. **Ex-participante, 27 anos, formado em Serviço Social**

Também destaca a rede de contatos que fez durante o Onda. Enfatiza que poder ir para outras cidades do DF, escrever para uma revista e orientar outros adolescentes de outros lugares, o fez valorizar outros territórios e movimentos, e o estimulou a entrar para a militância. O projeto o ajudou a entender melhor a importância dessas articulações e movimentos. Entender, inclusive, a potência e a falta de referências LGBTQIA+, por exemplo, nos territórios.

Apesar de nunca ter se filiado a nenhum movimento, sempre buscou se envolver nas articulações, ocupar os lugares. Por exemplo, participou do grêmio estudantil quando estava na escola, esteve presente em muitos protestos ligados à reivindicação de passe livre, aprovação de 10% do PIB para a educação e reivindicação de professores para a escola, tudo isso após o Onda. "Para mim, antes do Onda, isso era só um motivo para eu não ir para a escola". Afirma, por fim, que vê muitos outros jovens seguindo esse caminho da militância após o Onda.

6. Considerações finais

Freitas, Sampaio e Avelino (2022) consideram que uma inovação democrática não precisa, necessariamente, produzir efeitos diretos para serem consideradas meio de transformação social. Por isso, é necessária uma análise mais aprofundada para verificar os efeitos não perceptíveis ou diretamente identificáveis como consequências de uma inovação. A presente pesquisa buscou, portanto, entender quais as **implicações subjetivas** do projeto Onda no processo de formação para o exercício da cidadania para participantes e ex-participantes, considerando-o uma inovação democrática brasileira. Para isso, as entrevistas se mostraram bastante valiosas em destacar o que o projeto significa para estudantes da rede pública de ensino do DF.

Todas as pessoas entrevistadas, sem exceção, entendem o projeto como inovador. As inovações passam por levar as temáticas discutidas na iniciativa para as escolas, estimular que estudantes participem mais das decisões políticas, estimular o livre pensamento e diálogo entre adolescentes, entre outros. Ainda que as inovações ligadas à participação popular não tenham sido citadas de maneira consensual nas entrevistas, as falas nos levam a entender que os estímulos à microparticipação - na escola, no território, na vida política - fazem parte das formações do Onda e que esse estímulo não é encontrado normalmente nas escolas e, muitas vezes, até visto como negativo. Esse incentivo é, inclusive, levado por participantes para suas vidas e, mesmo após saírem do projeto, acabam entrando em outras instâncias de participação, formais ou não. Percebe-se uma ligação direta entre todas essas inovações e os quatro princípios básicos do Onda: direitos humanos, educação popular, arte-educação e educomunicação (INESC, 2022c). Como defende Touraine (1996), a microparticipação é um caminho para a macroparticipação.

As entrevistas também apontam para estudantes que se sentem mais conscientes de seu papel como ator político e pertencentes à instituição em que estudam e com mais estímulos para participar, seja em instâncias democráticas formais, como Grêmios estudantis, seja em outros tipos de decisões ou iniciativas mais informais. Além disso, foi interessante perceber como a escola entende o projeto como um ator que pode auxiliar no desenvolvimento do debate e na construção, junto com estudantes, de instâncias democráticas mais formais dentro do ambiente escolar.

Já os capitais simbólico, cultural e social adquiridos por quem vivencia e/ou passa pelo Onda também são diversos. Os mais evidentes são o conhecimento sobre seus direitos e direitos

humanos no geral e a habilidade de falar em público. Foi importante perceber, durante as entrevistas, que tanto participantes como ex-participantes se articulam bem, falam com convicção sobre o que defendem e possuem muita eloquência em suas falas. Outro efeito do projeto nessas pessoas é a autopercepção como protagonistas, como sujeitos de direitos, detentores de poderes para participarem e exigirem o que a lei garante, e como pertencentes a determinados territórios que fazem parte da sua história e da sua luta política.

A trajetória de ex-participantes reforça muitos dos pontos analisados acima e ainda ressalta a importância da rede formada a partir de quem passa pelo Onda para a construção e estímulo à participação política. Ainda que sem filiação a movimentos sociais, partidos políticos, ou outras instâncias, faz parte da vida de entrevistados que já passaram pelo projeto a participação em mobilizações, articulações, movimentos, entre outros. Eles entendem seu papel como sujeitos que podem e devem estar presentes nas decisões coletivas que dizem respeito às suas vidas e às suas comunidades.

Por fim, com o intuito de entender o que poderia melhorar no projeto, as entrevistas mostram uma percepção muito positiva do Onda. Quase todas as pessoas entrevistadas tiveram dificuldades em falar o que poderia melhorar. No geral, as reivindicações passam por mais pessoas na equipe para que possam atender mais escolas, dar mais assistência para participantes, entre outros. A necessidade de escuta e acolhimento apareceu em algumas entrevistas, tanto indicando que antes havia muito pouca, como ressaltando que era preciso melhorar esse ponto. Para que esses espaços existissem de maneira mais sistematizada, seria importante uma equipe especializada de terapeutas, psicólogos, pedagogos, diferente da equipe de educadores, para não sobrecarregar profissionais que já precisam dar conta de outros trabalhos além do projeto Onda.

Ampliar o projeto para outras escolas do DF é, portanto, uma das reivindicações mais escutadas nas entrevistas e uma das recomendações deste trabalho. Diversificar os locais e territórios em que o Onda atua aumenta, também, o impacto nas vidas de estudantes da rede pública do DF. Neste ponto, seria importante analisar de que maneira o Onda, como instrumento de ação pública, altera a vida escolar dos participantes. E, ainda, o quanto as inovações que o Onda traz são capazes de segurar a onda conservadora na educação brasileira, que assolou também no Distrito Federal.

Os laços com o território é outro ponto importante das falas das pessoas entrevistadas e, como visto, ponto essencial na construção da consciência cidadã dos sujeitos. Um dos ex-participantes destaca necessidade de o projeto deixar um legado para os territórios. Lembrando

que o projeto prevê, em seu escopo de atuação, incidências na escola e na comunidade. No entanto, segundo algumas pessoas entrevistadas relataram, essas incidências ainda são pouco vistas por quem mora nos territórios. Pensando nesses pontos, qual o impacto da inovação nos territórios onde o Onda está?

Os rastros e os frutos do projeto Onda, nesses 13 anos de funcionamento, são muitos, diversos e espalhados pelas periferias do DF, pelos movimentos sociais, coletivos, escolas, instituições participativas e, até mesmo, pela vida cotidiana, com aqueles que não seguiram caminhos da militância, mas, possivelmente, se tornaram pessoas capazes de defender seus direitos. Analisá-lo como inovação democrática revelou que o instrumento tem papel primordial no estímulo à participação política de crianças e adolescentes de áreas em situação de vulnerabilidade social do DF, mostrando que elas e eles podem e devem se tornar, coletivamente, vozes influentes em todo o processo das políticas públicas.

7. Referências

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11a ed., 1998. Vol. 1: 674 p.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação? São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COLETIVO DA CIDADE. Site Institucional. 2023. Disponível em: <http://www.coletivodacidade.org/>. Acesso em 10 jan. 2023.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3a ed, Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAROIT, Doriana *et al.* **Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da Constituição Federal**. NAU Social, v. 9, n. 17, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2KynNFQ>. Acesso em: 1 mai. 2002
- DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento da educação básica**. 2013. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/Diretorias/DAPLI/cil/legislacoes_cil/Curriculo_em_Movimento_da_Educacao_Basica-Pressupostos_Teoricos.pdf Acesso em: 18 set. 2022.
- EBC. **Novo ensino médio começa a ser implementado este ano. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 2022**. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/novo-ensino-medio-comeca-ser-implementado-este-ano#:~:text=O%20novo%20ensino%20m%C3%A9dio%20foi,Nacional%20Comum%20Curricular%20\(BNCC\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/novo-ensino-medio-comeca-ser-implementado-este-ano#:~:text=O%20novo%20ensino%20m%C3%A9dio%20foi,Nacional%20Comum%20Curricular%20(BNCC)). Acesso em 5 mar. 2022.
- ELAS NO PODER. Site institucional, 2022. Disponível em: <https://elasnopoder.org/>. Acesso em 09 jan. 2023.
- FLEURY, Sonia. **A Questão Democrática na Saúde**. In: Saúde e Democracia – A luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997
- FLEURY, Sonia. **Espaço, Território e Cidadania: A Cidade dos Cidadãos**. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004. <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFD527.pdf>
- FREITAS, Christiana Soares de. **Implicações da e-participação para a democracia na América Latina e Caribe**. Contracampo, Niterói, v. 39, n.2, p. 116-131, ago./nov, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/29422>. Acesso em: 1 mai. 2022.
- FREITAS, Christiaba Soares de.; SAMPAIO, Rafael Cardoso.; AVELINO, Daniel Pitangueira de. **Proposta de análise tecnopolítica das inovações democráticas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11514>. Acesso em 01 fev. 2023.

FREITAS, Christiana Soares de; LIMA, Fernanda Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. **Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil**. Organizações & Sociedade, v. 22, n. 75, pp. 639-658, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9230759>. Acesso em 15 abr. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Influencers e a formação política dos jovens**. Podcast Café da Manhã. 28 de janeiro de 2022. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3TjmLAGHNVPQealdSi0iLL?si=Ql4_rtp_T3-AxXLYmjSgQw. Acesso em 6 mar. 2022.

FUNG, Archon; COHEN, Joshua. **Democracia radical**. Política & Sociedade, 6(11), 221–238, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1293>. Acesso em 15 abr. 2022.

GELEDES. **Novo ensino médio pode aumentar desigualdade, dizem ex-ministros. 27 de setembro de 2016**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/novo-ensino-medio-pode-aumentar-desigualdade-dizem-ex-ministros/?gclid=EAIAIQobChMIk-30s7Ky9gIViYaRCh0GygejEAAYAiAAEgKLEfD_BwE. Acesso em 5 mar. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

INESC. **Projeto Onda: adolescentes em movimentos pelos direitos**. Brasília, DF: Inesc, 2013.

INESC. **Metodologia Orçamento & Direitos: referenciais políticos e teóricos**. Brasília, DF: Inesc, 2017. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/metodologia-orcamento-direitos-2018/>. Acesso em 27 abr. 2022.

INESC. **Projeto Onda**. 2022a. Site institucional. 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/aco/es/onda/>. Acesso em 7 abr. 2022.

INESC. **Sobre o Inesc**. 2022b. Site institucional. 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/quem-somos/sobre-o-inesc/>. Acesso em 7 abr. 2022.

INESC. **Um Salve de Mudança**. 2022c. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Um-Salve-de-Mudanc%CC%A7a-A-Caminhada-do-Inesc-Versa%CC%83o-Digital-2.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

MAIA, Juliana, Guaraná Vieira. **A Importância do Componente Cívico para o Funcionamento Efetivo de Canais Participativos como Instrumentos de Inclusão Democrática: um Estudo de Caso dos Comitês Gestores de Bairro do Programa Nova Baixada**. Dissertação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3644/ACF346.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 jan. 2023.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EdUFAL, 2012.

LATINBAROMETRO. **Latinbarometro 2020**. Site institucional. Santiago, Chile, 2020. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/>. Acesso em 10 jan. 2023.

LUMINATE. **Youth and Democracy in Latin America**. Janeiro, 2022. Disponível em: https://luminategroup.com/storage/1459/EN_Youth_Democracy_Latin_America.pdf. Acesso em 25 fev. 2022.

O'DONNELL, Guillermo. **Teoria democrática e política comparada**. Dados, v. 42, n. 4, 1999. pp. 577-654. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/rvQLbNfP5vTkW6F4ymxJXhq/?lang=pt>. Acesso em 10. Abr. 2022.

PAIVA, Jair Miranda de. **O programa Escola sem Partido como reafirmação do conservadorismo**. Revista *Ágora*, n. 29, p. 104-122, 2019. Disponível em: <http://teste.periodicos.ufes.br/agora/article/view/27508>. Acesso em 25 fev. 2022.

PINTO, Célia Regina Jardim. **As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores**. Dados, v. 49, n. 3, 2006, pp. 651-670. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000300008>. Acesso em 15 abr. 2022.

POGREBINSCHI, Thamy. **LATINNO Dataset**. Berlin: WZB, 2017. Disponível em: <https://latinno.net/pt>. Acesso em 10 abr. 2022.

POLITIZE. Escola da Cidadania Ativa. Brasília, DF: Politize, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_9NZM5UqGvWvLASPIsaPZIfsroxPiOm2/view?usp=sharing. Acesso em 09 jan. 2023

POLITIZE. Site institucional, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/>. Acesso em 09 jan. 2023

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/80203/1/Democratizar%20a%20democracia.pdf>

SARMENTO, George. **Estudo introdutório: Políticas Públicas como instrumentos para a efetividade dos direitos sociais**. In: LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da Ação Pública*. Maceió: EdUFAL, 2012.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. **Capital cultural, classe e gênero em Bordieu**. *Informare - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v.1, n.2, 1995. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/215>. Acesse em 14/12/2022.

TEIXEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Carla; MORONI, José Antônio. **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Marília: 2020. Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/teixeira_almeida_moroni_completo.pdf. Acesso em 12 abr. 2022

TOURAINÉ, Alain. **O que é a Democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed, Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Iris Marion. **Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa**. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje - Novos Desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB Editora, 2001. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2242670/mod_resource/content/0/5_Young_Comunicacao%20e%20o%20outro.pdf

ZITTOUN, Phillipe. **A abordagem pragmática das políticas públicas**. In: OLIVEIRA, O. HASSENTEUFEL, P. Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília, ENAP, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6338>. Acesso em 15 abr, 2022.

ANEXO A – Roteiro de entrevista: Professor/Direção da escola

1. Pessoais:
 - a. Nome
 - b. Cargo
 - c. Há quanto tempo está na escola?

2. Relação com o Onda
 - a. Já conhecia o projeto antes de o projeto chegar no Zilda?
 - b. O que você acha do projeto?
 - c. Quais são os pontos positivos do Onda?
 - d. E quais os desafios?

3. Inovação e participação popular
 - a. Você acha o Onda um projeto inovador? Porquê?
 - b. Você entende que o Onda traga alguma inovação para a participação popular? Por que? Quais inovações?

4. Democracia na escola
 - a. Os alunos do Zilda Arns costumam ser participativos nas instâncias democráticas das escolas, como grêmios ou outras?
 - b. Na sua visão, os alunos do Onda são mais ou menos participativos?
 - c. Na sua visão os alunos do Onda costumam ser mais ou menos contestadores quanto aos direitos deles na escola?
 - d. Você vê diferença nos alunos antes e depois do Onda, com relação a participação deles nas atividades escolares e na vida democrática da escola?

5. Bem imateriais
 - a. O que, na sua visão de educador/a, você acha que os alunos que participam do Onda ganham de conhecimento e de habilidades?

ANEXO B – Roteiro de entrevista: Ex-participantes

1. Pessoais:
 - a. Nome
 - b. Idade
 - c. Profissão/o que estuda

2. Relação com o Onda
 - a. Participou do Onda por quanto tempo? Em que ano?
 - b. O que você mais gostou no Onda?
 - c. Você acha que o projeto foi importante pras suas escolhas de vida?
 - d. Quais atividades você participou no Onda que mais ter marcaram?
 - e. Quais são os pontos positivos do projeto?
 - f. E os desafios?

3. Inovação e participação popular
 - a. Já conversou com alguém do governo, político, participou de audiência pública no Onda?
 - b. Como, pra você, essas atividades afetaram na sua vida?
 - c. Você acha que o Onda é inovador? Por que?
 - d. Você acha que o Onda mudou sua maneira de se entender como sujeito de direito? Por que?

4. Democracia na escola
 - a. Antes do Onda você participava, na sua escola, de decisões coletivas, como grêmio, ou outro tipo de discussão ou votação?
 - b. Depois do Onda, você passou a participar mais, menos ou igual?

5. Bem imateriais
 - a. O que você aprendeu com o Onda que não sabia antes e acha que nunca mais vai esquecer?
 - b. Quais as habilidades você acha que adquiriu ou descobriu que tinha participando do Onda?

ANEXO C – Roteiro de entrevista: Participantes da turma Inesc

1. Pessoais:
 - a. Nome
 - b. Idade
 - c. Série

2. Relação com o Onda
 - a. Há quanto tempo está no Onda?
 - b. O que você acha do projeto?
 - c. Quais os temas que você lembra de ter conversado no Onda?
 - d. Qual você mais gostou?
 - e. O que te fez permanecer no Onda?

3. Inovação e participação popular
 - a. Quais as atividades você já participou no Onda?
 - b. Já conversou com alguém do governo, político, participou de audiência pública?
 - c. O que você acha que essas atividades mudam na sua vida?

4. Democracia na escola
 - a. Antes do Onda você participava, na sua escola, de decisões coletivas, como grêmios, ou outro tipo de discussão ou votação?
 - b. Você acha que hoje participa mais, menos ou igual?

5. Bem materiais
 - a. O que você aprendeu com o Onda que não sabia antes?
 - b. Quais as habilidades você acha que adquiriu ou descobriu que tinha participando do Onda?

**ANEXO D – Roteiro de entrevista: Participantes da turma CED Dr.
Zilda Arns**

1. Pessoais:
 - a. Nome
 - b. Idade
 - c. Série

2. Relação com o Onda
 - a. Há quanto tempo está no Onda?
 - b. O que você acha do projeto?
 - c. Quais os temas que você lembra de ter conversado no Onda?
 - d. Qual você mais gostou?

3. Inovação e participação popular
 - a. Quais as atividades você já participou no Onda?
 - b. Já conversou com alguém do governo, político, participou de audiência pública?
 - c. O que você acha que essas atividades mudam na sua vida?

4. Democracia na escola
 - a. Antes do Onda você participava, na sua escola, de decisões coletivas, como grêmios, ou outro tipo de discussão ou votação?
 - b. Você acha que hoje participa mais, menos ou igual?

5. Bem materiais
 - a. O que você aprendeu com o Onda que não sabia antes?
 - b. Quais as habilidades você acha que adquiriu ou descobriu que tinha participando do Onda?

ANEXO E – Roteiro de entrevista: Funcionário da Secretaria de Educação do DF

1. Pessoais:
 - a. Nome
 - b. Cargo
 - c. Formação/trajetória profissional

2. Relação com o Onda
 - a. Onde e como você conheceu o projeto Onda?
 - b. Qual a relação da Secretaria de Educação com o Onda?
 - c. Por que a secretaria firmou esse convênio
 - d. Quais são os pontos positivos do Onda?
 - e. E quais os desafios?

3. Inovação e participação popular
 - a. Você acha o Onda um projeto inovador? Por que?
 - b. Você acha que o Onda traga alguma inovação para a participação popular? Por que? Quais inovações?

4. Democracia na escola
 - a. Você acha que o Onda fortalece a democracia dentro das escolas? Por que? Como? Exemplo.

5. Bem imateriais
 - a. O que, na sua visão, você percebe que os alunos que participam do Onda ganham de conhecimento e de habilidades?